

## Quem disse ?

«Sou pelo socialismo moderno e progressista. Mas esse socialismo talvez não seja o da Terceira Via»

**Mário Soares**  
Congresso da IS  
8 de Novembro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1041 11 NOVEMBRO 1999 100\$ - 0,5 €

**ACÇÃO**

**SOCIALISTA**

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Congresso da IS em Paris

### Socialistas unidos no combate ao neoliberalismo

O Congresso da Internacional Socialista (IS) aprovou por unanimidade a «Declaração de Paris», que será a base doutrinária da organização até 2002 e que partiu de um grupo de trabalho liderado pelo ex-chefe do Governo espanhol Felipe González.

Os socialistas asseguram que «respeitam e defendem a função criativa e de criação de riqueza do mercado. Mas ninguém pedirá ao mercado aquilo que não pode oferecer», refere-se no documento, antes de se avançar com a observação de que, em todo o mundo, «há sociedades de mercado com sistema político autoritários, mas que, por outro lado, também não há sociedades democráticas sem economia de mercado».

«Por essa razão, não confundimos mercado e democracia», conclui o documento. Para a IS, a missão da economia de mercado é criar «equilíbrios capazes de gerar emprego e crescimento sustentado», política que é oposta às visões exclusivamente monetaristas.

«A liquidação do modelo comunista, como alternativa totalitária às democracias capitalistas, acelerou a pressão dos neoconservadores, do neoliberalismo e trouxe uma simplificação arrogante e fundamentalista do capitalismo, confundindo economia de mercado e sociedade de mercado e, igualmente grave, tendo como filosofia a doutrina do pensamento único e o fim da história», lê-se na «Declaração de Paris».

Entre outras propostas, a IS propõe uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, considerando que esta instituição tem de ter os instrumentos adequados para agir quando, hoje, as novas tecnologias possibilitam ao agressor usar armas de destruição maciça. Uma referência que ganhou maior relevância a partir da recente experiência das Nações Unidas quando confrontada com a agressão da Indonésia ao povo de Timor-Leste. O texto apela ainda à reforma do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, no sentido de que estas instituições assumam um papel preventivo face às graves crises financeiras, sendo também reclamadas mudanças ao nível da Organização Mundial do Comércio.

A IS condena os proteccionismos, que produzem novos desequilíbrios entre países ricos e pobres, mas, neste capítulo, apresenta sobretudo uma veemente condenação do «dumping social», através da exploração de mão-de-obra infantil ou forçada.

## ELEITO POR UNANIMIDADE GUTERRES O NOVO ROSTO DO SOCIALISMO INTERNACIONAL

O XXI Congresso da Internacional Socialista elegeu terça-feira, em Paris, por unanimidade, o secretário-geral do PS para a presidência da maior organização política mundial. António Guterres terá um mandato de três anos à frente da «Internacional», sucedendo ao ex-primeiro-ministro francês, Pierre Mauroy. No discurso a seguir à sua eleição, o primeiro-ministro apelou à mobilização dos socialistas para o combate aos interesses dominantes no mundo, que têm contribuído para agravar as desigualdades entre ricos e pobres. Em alternativa, defendeu o primado da política sobre o económico e o financeiro, sustentando como estratégia a regulação do fenómeno da globalização, através da revisão dos critérios de funcionamento das principais instituições mundiais. Outra vitória do PS no Congresso da «Internacional» foi a subida do Presidente de Moçambique a uma das vice-presidências.



### Política

#### Guterres adverte sobre as condições de governabilidade Entre a espada e a parede ... escolho a espada



O PSD e o Bloco de Esquerda apresentaram sem qualquer sucesso duas moções de rejeição ao programa do Governo. As duas moções apenas contaram com os votos favoráveis das respectivas bancadas. Mas, mais preocupante, segundo o primeiro-ministro, foi o sinal de radicalismo demonstrado pelo PSD. No seu discurso de encerramento do debate, na quinta-feira passada, António Guterres advertiu as oposições que não se deixará paralisar na actividade governativa se os outros partidos seguirem uma estratégia comum de bloqueio.

### Governo

#### PSP Liberdade sindical e direitos de negociação colectiva



O Conselho de Ministros decidiu, no dia 5, regulamentar o exercício da liberdade sindical e os direitos de negociação colectiva e de participação do pessoal da Polícia de Segurança Pública.



## Socialistas em alta

O Partido Socialista obteve esta semana duas importantes vitórias. A aprovação pela Assembleia da República do programa do Governo e a eleição, por unanimidade, do seu secretário-geral, António Guterres, para a presidência da Internacional Socialista.

Na Assembleia da República o Partido Socialista viu ser aprovado com os seus votos e com as abstenções do PCP, PEV e PP o programa do XIV Governo Constitucional, saído das eleições de 10 de Outubro.

Apesar de ter de enfrentar duas moções de rejeição ao programa do Governo, uma do Bloco de Esquerda e outra do PSD - versão radical -, o PS transmitiu mais uma vez aos portugueses que é o único partido capaz de conduzir os destinos da nação com serenidade e a estabilidade necessária para enfrentar os desafios da modernização e do desenvolvimento que todos desejamos.

Numa versão verdadeiramente radical, o PSD de Durão Barroso voltou a atacar gratuitamente o Governo, sem apresentar qualquer alternativa credível ou mobilizadora. Optando claramente por marcar a sua posição de completa afronta ao Governo socialista e ao desejo manifestado pelos portugueses no recente acto eleitoral, este PSD tem por único objectivo a desestabilização e criação de factos políticos que lhe permitam alguns títulos de primeira página.

Agarrado ao seu passado maquista, Barroso dificilmente entende o seu papel de líder do maior partido da oposição e a importância de que se reveste a sua participação e contribuição para uma melhor oposição. Durão prefere a guerrilha e a chicana política a uma oposição credível e com ideias construtivas.

Mas Barroso não está sozinho nesta sua campanha radical. Cavaco Silva, seu alter ego, ao manifestar publicamente a concordância com as suas posições vem dar o recado interno e dizer ao País que o PSD, segundo ele, está no bom caminho, o que é verdadeiramente preocupante para mais num ex-primeiro-ministro com o passado dele.

Na passada terça-feira, em Paris, no XXI Congresso da Internacional Socialista, António Guterres foi eleito presidente da mais importante organização política à escala mundial. O facto é por si merecedor do maior orgulho para o Partido Socialista, para todos os socialistas e para Portugal.

Para António Guterres os principais objectivos da presidência que agora inicia centram-se na criação de um Conselho de Segurança Económico ao nível das Nações Unidas e na reforma dos critérios de funcionamento de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio.

Na sua intervenção final, após ter sido eleito presidente da Internacional Socialista, frisou que os social-democratas e os socialistas democráticos recusam as teses do fim da História, a tecnocracia e o taticismo político. «Procuramos novas soluções para responder aos novos desafios», salientou referindo-se à necessidade de reformar o Estado-Providência.



## GOVERNO AD JÁ NÃO CONVINCE OS PORTUGUESES

A intervenção do secretário-geral do PS, Mário Soares, na sessão de encerramento do VII Encontro dos Trabalhadores Socialistas, no Porto, era o tema em evidência na edição de 12 de Novembro de 1981 do «Acção Socialista».

«A AD é hoje uma sombra e já não convence nem entusiasma os portugueses que acreditaram na sua proposta de mudança. Desfizeram-se todas as ilusões. É preciso construir uma nova esperança, uma nova alternativa», salientava o camarada Mário Soares.

Numa intervenção marcada por um violento ataque à política económico-social da AD, Mário Soares também se referiu à questão da EDP, defendendo a manutenção do estatuto da referida empresa como empresa pública, preconizando ainda o seu reforço, em benefício de todo o país, especialmente das regiões menos favorecidas.

Em época de guerra-fria, o «AS» publicava um dossier intitulado «O desequilíbrio na Europa e os equívocos do pacifismo», or-

ganizado pelo camarada Alfredo Barroso, então director do órgão oficial do PS.

J. C. C. B.

12 de Novembro

### Quem disse?

«Este governo (AD) faz uma política de destruição das empresas nacionalizadas de pesca, de capitulação perante os poderosos pesqueiros da Espanha»

**Luís Salas**



## Veneza homenageia Alegre

Por iniciativa da Universidade Ca Foscari, de Veneza, está a decorrer desde hoje e até ao dia 13 um congresso internacional intitulado «A Porta do Oriente: Viagens e Poesia», que tem como convidado de honra o camarada Manuel Alegre.

O poeta e deputado é o orador principal da sessão plenária que se realiza hoje, pelas 17 e 15.

Antes, a Junta da Província de Veneza homenageará o camarada Manuel Alegre, que será transportado de barco do hotel até ao Palácio da Junta, onde será recebido pelo presidente que lhe entregará uma medalha em nome da cidade de Veneza.



## Comunidades

### Festival de Teatro Português em França

O secretário de Estado das Comunidades, José Lello, encerrou, no passado dia 19, em França, a VIII edição do Festival de Teatro Português, inaugurando nesse mesmo dia, em Paris, a nova sede da organizadora do evento, a Coordenação das Colectividades Portuguesas naquele país.

Depois das cerimónias, Lello assistiu à peça que encerrou o festival, nomeadamente «As obras completas de W. Shakespeare em 97 minutos», representada pela Companhia de Teatro do Chiado, no Teatro de Neully, arredores de Paris.

O Festival de Teatro - a decorrer em França desde o passado dia 23 de Outubro -, está a ter bastante aceitação a nível de público, com bastante afluência e com lotações esgotadas.

O impacto deste evento em Portugal, a nível dos *media*, ultrapassou todas as expectativas e está a ter uma das coberturas mais importantes em toda a história do Festival de Teatro Português em França.



Quanto às novas instalações da nova sede da CCPF, elas estão localizadas em Paris, e gozam de um espaço muito maior e melhor.

Trata-se de uma mudança já há muito desejada pela governação portuguesa, mas só possível agora graças a um acordo realizado com a Câmara de Paris.

## Timor-Leste

### Fragata portuguesa integrada na Interfet

A fragata portuguesa «Vasco da Gama» passou, às 12 horas da passada sexta-feira, ao comando operacional do chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), integrando a Interfet, a força multinacional da ONU a operar em Timor-Leste.

Em comunicado, o EMGFA anuncia que «fez-se a transferência de autoridade adequada» da «Vasco da Gama» para o Comando Naval Nacional e comando da Interfet, passando a operar na zona do estreito de Wetar, a norte de Timor-Leste e a oriente de Díli».

A embarcação militar portuguesa fica, assim, «com a missão de vigilância e com as regras de empenhamento adoptadas por aquela força e aceites pelas autoridades nacionais».

A fragata «Vasco da Gama» partiu de Lisboa a 23 de Setembro a caminho da Aus-



trália, tendo chegado no dia 23 de Outubro a Darwin, onde se tem mantido a aguardar orientações do EMGFA.

PARIS

Secretário-geral do PS eleito por unanimidade

## ANTÓNIO GUTERRES: O NOVO ROSTO DO SOCIALISMO MUNDIAL

O XXI Congresso da Internacional Socialista elegeu terça-feira, em Paris, por unanimidade, o secretário-geral do PS para a presidência da maior organização política mundial. António Guterres terá um mandato de três anos à frente da «Internacional», sucedendo ao ex-primeiro-ministro francês, Pierre Mauroy. No discurso a seguir à sua eleição, o primeiro-ministro apelou à mobilização dos socialistas para o combate aos interesses dominantes no mundo, que têm contribuído para agravar as desigualdades entre ricos e pobres. Em alternativa, defendeu o primado da política sobre o económico e o financeiro, sustentando como estratégia a regulação do fenómeno da globalização, através da revisão dos critérios de funcionamento das principais instituições mundiais. Outra vitória do PS no Congresso da «Internacional» foi a subida do Presidente de Moçambique a uma das vice-presidências.

**C**om António Guterres, foi também reconduzido no cargo de secretário-geral o chileno Luis Ayala, tendo igualmente sido designados 25 vice-presidentes: Joaquín Almunia (PSOE, Espanha), Rolando Araya (PLN, Costa Rica), Ehoud Barak (ILP, Israel), Tony Blair (Labour Party, Grã-Bretanha), Leonel Brizola (PDT, Brasil), Joaquim Chissano (Frelimo, Moçambique), Hatuey Camps (PRD, República Dominicana), Elio di Rupo (PS, Bélgica), Takado Doi (SDP, Japão), François Holland (PS, França), Gyula Horn (MSP, Hungria), Erdal Inonu (CHPP, Turquia), Thorbjørn Jagland (DNA, Noruega), Ibrahim Keita (ADEMA, Mali), Viktor Klima (SPO, Áustria), Wim Kok (PvdA, Holanda), Paavo Lipponen (SDP, Finlândia), Alexa McDonough (NDP, Canadá), Jaime Paz Zamora (MIR, Bolívia), Goran Persson (SAP, Suécia), Poul Rasmussen (SDP, Dinamarca), Gerard Schroeder (SPD, Alemanha), Costas Simitis (PASOK, Grécia), Walter Veltroni (DS, Itália), Abederrahman Yousoufi (USFP, Marrocos) e Timoteo Zambrano (AD, Venezuela). «Temos de ter a vontade política de combater os interesses dominantes. Nunca nenhuma potência hegemónica abdicou de o ser por vontade própria. Teremos de ser nós a equilibrar o mundo», afirmou o secretário-geral do PS, no seu discurso após a eleição como presidente da «Internacional». Quanto ao seu programa político à frente da Internacional Socialista, o secretário-



geral do PS disse que a organização continuará a ser um «movimento de vanguarda na luta pela justiça, pela paz e contra todas as formas de ditadura ou de opressão do povo», recusando-se o «fundamentalismo, o racismo, a xenofobia e os nacionalismos». Todos estes fenómenos, segundo António Guterres, merecerão «dura luta da Internacional Socialista. Estaremos atentos, activos e determinados em defesa da paz e em fazer valer o respeito pelos direitos humanos». A este propósito, o primeiro-ministro advertiu que não aceitará conceitos de relatividade do valor universal dos direitos humanos, em função de especificidades económicas ou de ordem militar.

### Regular o fenómeno da globalização

No seu discurso, o líder do PS colocou como principal desafio da Internacional Socialista a ideia de assegurar a «governabilidade da globalização do mercado, da sociedade e da cultura». Lembrou, depois, a importância de ser reformado o sistema das Nações Unidas, de forma a permitir uma intervenção mais rápida por parte do Conselho de Segurança. Uma intervenção mais rápida, designadamente, em casos de ingerência humanitária no quadro do direito internacional, tal como sucedeu com Timor-Leste. Além de umas Nações Unidas mais intervenientes, António Guterres defendeu igualmente um mundo multipolar, com blocos regionais fortes, cooperantes en-

tre si, com economias coordenadas, invertendo a lógica da existência de uma potência hegemónica.

Os objectivos de António Guterres na presidência da Internacional Socialista também irão passar pela criação de um Conselho de Segurança Económico ao nível das Nações Unidas e pela reforma dos critérios de funcionamento de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. Em relação ao FMI, o primeiro-ministro sublinhou que não pode continuar a caracterizar-se por uma «ortodoxia monetarista», já que, em vez de auxiliar os países que recorrem a este instituição, acaba por destruir as democracias em nascimento. Na reforma da Organização Mundial do Comércio, a Internacional Socialista entende a necessidade de combater o trabalho infantil e consagrar os direitos dos trabalhadores (como o direito à greve e a um horário de trabalho justo), através da criação de regras anti-dumping.

### Apoio ao Médio Oriente

Na intervenção que fez depois de ter sido eleito presidente da Internacional Socialista, António Guterres também frisou que os social-democratas e os socialistas democráticos recusam as teses do fim da História, a tecnocracia e o taticismo político. «Procuramos novas soluções para responder aos novos problemas», falando em seguida na necessidade de reformar o Estado-Providência, com a aplicação plena do princípio da discriminação positiva,

mas num quadro de respeito pela universalidade do sistema.

Outras metas do secretário-geral do PS residem na generalização pelo mundo de sociedades paritárias, nomeadamente havendo mulheres em todos os níveis das decisões políticas ou financeiras, e na concessão da prioridade à educação, à formação e ao emprego. A este propósito, António Guterres referiu que o pleno emprego continua a ser um dos objectivos numa sociedade da informação, do conhecimento e da informação. Segunda-feira, em Paris, António Guterres foi convidado para um jantar privado com o primeiro-ministro de Israel, Ehoud Barak, que, tal como o presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, esteve presente no XXI Congresso da Internacional Socialista. No final da reunião com o chefe do Governo de Telavive, o primeiro-ministro garantiu que a presidência portuguesa da União Europeia, no primeiro semestre do próximo ano, estará fortemente empenhada no processo de paz do Médio Oriente. Para António Guterres, há razões suficientes para haver confiança que a paz no Médio Oriente avance de forma decisiva, sendo importante que a União Europeia também dê o seu contributo. No processo de paz entre palestinianos e israelitas, o primeiro passo será dado já em Fevereiro, esperando que um acordo global possa ser concretizado em Setembro do ano 2000. Como afirmou António Guterres, «a paz no Médio Oriente será importante não só para essa região como também para todo o mundo».

## ENTRE A ESPADA E A PAREDE ... ESCOLHO A ESPADA

O PSD e o Bloco de Esquerda apresentaram sem qualquer sucesso duas moções de rejeição ao programa do Governo. As duas moções apenas contaram com os votos favoráveis das respectivas bancadas. Mas, mais preocupante, segundo o primeiro-ministro, foi o sinal de radicalismo demonstrado pelo PSD. No seu discurso de encerramento do debate, na quinta-feira passada, António Guterres advertiu as oposições que não se deixará paralisar na actividade governativa se os outros partidos seguirem uma estratégia comum de bloqueio. Se as oposições tentarem colocar o Executivo socialista entre a espada e a parede, o primeiro-ministro disse não hesitar em escolher a espada, sobretudo, se essa solução for a melhor à luz do interesse nacional. O líder da bancada socialista, Francisco Assis, também esmagou Durão Barroso na sua intervenção final. Pediu-lhe para que não seja o Francisco Louçã da direita. No primeiro discurso dos dois dias de debate, António Guterres apresentou como prioridades imediatas as reformas do sistema político, da Segurança Social e da Saúde.

**A**ntes de as moções de rejeição do PSD e do Bloco de Esquerda serem recusadas pelo peso dos votos contra do PS e as abstenções do PCP e do PP, António Guterres fez um discurso sereno, pedagógico, mas em que não deixou de lançar avisos contra as atitudes mais radicais da oposição, sobretudo do partido de Durão Barroso. Face à conduta assumida pelo PSD ao longo do debate, o primeiro-ministro disse ter motivos suficientes para pensar que a única lógica que actualmente comanda o maior partido da oposição é o desejo de derrubar o Governo do PS. «Fui acusado de ser excessivamente moderado, até como líder da oposição a Cavaco Silva. Reconheço que sou moderado. Mas ser moderado não significa ausência de valores e de convicções. Penso que o povo português aprecia moderação (tal como boa parte do eleitorado do PSD) e quer que o PSD deixe o Governo governar quatro anos», observou o secretário-geral do PS, para quem, com a iniciativa de apresentar uma moção de rejeição a direcção de Durão Barroso «acabou por cometer um suicídio político, que decorre da sua vontade em cometer homicídio político». Apesar destes sinais preocupantes vindos da bancada «laran-



ja», o líder socialista deixou bem claro que o Governo «não irá alterar o seu espaço de diálogo», apesar de o PS ter reforçado o seu número de deputados na Assembleia da República. Contudo, advertiu, não se deixará paralisar caso venha a ser confrontado com uma estratégia de bloqueio. «Entendo que em política se devem evitar as situações em que se colocam as pessoas, os partidos, ou os governos entre a espada e a parede. Mas, se este Governo for colocado entre a espada e a parede, preferirá a espada», frisou, concluindo com este recado o seu discurso, feito de improviso.

Já sobre a conduta do Bloco de Esquerda nos seus primeiros dias na Assembleia da República, o primeiro-ministro considerou que esta formação política «tem uma opção fundamental a fazer entre constituir-se como uma força moderna e evoluída, ou como um mera aliança política entre o PSR e a UDP, optando assim pelo seu velho eleitorado. Penso que, com esta moção de rejeição, o Bloco de Esquerda optou pelo velho e não pelo seu novo eleitorado, que quer que se assuma como a consciência crítica do Governo do PS e não como um factor que conduza ao derrube» do Executivo.

### Compreender a vontade de estabilidade

No seu discurso de encerramento do debate do programa do Governo, António Guterres reconheceu que os partidos da oposição, no seu conjunto, conseguiram evitar que o PS tivesse maioria absoluta nas últimas eleições legislativas. «O PS compreendeu a vontade do eleitorado e, por isso, apresenta-se para governar quatro anos». Sem maioria absoluta, porém, o PS não seguirá o exemplo do Executivo

minoritário do PSD em 1985. Como salientou o primeiro-ministro, «o primeiro Governo de Cavaco Silva optou por governar contra o Parlamento para chegar à maioria absoluta. Mas eu quero governar com o Parlamento, respeitando o papel das oposições, até por ter maioria não significa ter sempre razão», acentuou, deixando assim mais uma nota da disponibilidade para o diálogo que continuará a evidenciar nos próximos quatro anos. No entanto, o primeiro-ministro disse ter registado que o PSD apresentou uma moção de rejeição, sem a fazer acompanhar de qualquer ideia alternativa para o país.

No mesmo sentido, de resto, se pronunciou o presidente do Grupo Parlamentar do PS. Francisco Assis declarou que, verdadeiramente, nem o PSD nem o Bloco de Esquerda quiseram apresentar moções de rejeição ao programa do Governo assumindo as devidas consequências. «A intenção do PSD e do Bloco de Esquerda foi afirmarem-se nas respectivas áreas políticas», acusou. Para o Bloco de Esquerda, segundo Francisco Assis, a apresentação da moção de rejeição foi apenas o segundo episódio mediático a seguir à guerra das cadeiras. Mas, na direita, a situação é mais bizarra, porque foi o maior partido da oposição que precisou de ter uma prova de vida». Numa lógica «cartesiana», acrescentou Francisco Assis, o PSD apresentou uma moção de rejeição com a seguinte finalidade: «Apresento uma moção de rejeição, logo existo politicamente».

Neste contexto, o presidente do Grupo Parlamentar do PS denunciou a irresponsabilidade política do partido de Durão Barroso, afirmando que entregou uma moção de rejeição sem que, ao longo do debate, tenha mostrado possuir alguma alternativa ao programa do actual Governo. «O eleitorado do PSD não gosta-

ria que o seu partido se transformasse no Bloco de Esquerda da Direita. Espero que Durão Barroso não se transforme também no Francisco Louçã da direita. Não siga a via do radicalismo sem qualquer sentido político», afirmou ainda o líder da bancada socialista, dirigindo-se a Durão Barroso.

### Reformar o sistema político

Ao apresentar o programa do Governo, o primeiro-ministro anunciou para breve a reapresentação da Lei de Bases da Segurança Social e o aumento imediato de meios para a Saúde – a prioridade do Executivo socialista nos próximos quatro anos. No entanto, um dos pontos mais importantes da sua intervenção residiu no carácter decisivo de uma reforma do sistema político, tendo em vista reforçar a democracia portuguesa. «O Governo deseja oferecer ao Parlamento toda a cooperação que este entender desejável para que seja possível alcançar nesta legislatura sete objectivos para a reforma do sistema político», disse. António Guterres especificou depois que gostaria de ver concretizados sete pontos, residindo o primeiro na aproximação entre eleitos e eleitores, através da revisão do sistema eleitoral para os órgãos de soberania e da abertura à vigência de círculos de eleição uninominais.

Outras medidas propostas pelo primeiro-ministro relacionaram-se com a definição de regras e a criação de meios para a utilização generalizadas das novas tecnologias de informação democrática dos cidadãos; a adopção, em sede de revisão constitucional, da figura da moção de confiança de aprovação vinculada à de determinada proposta de lei correspondente a aspectos essenciais da acção governativa; a definição de regras para diminuir os gastos em campanhas eleitorais; a correcção do sistema de incompatibilidades dos titulares de cargos públicos, a actualização da lei dos partidos políticos e a clarificação do conceito de segredo de Estado e das condições de acesso ao mesmo.

«O nosso barco é o do prestígio da democracia e de quem a serve. De nada adianta fazer-lhe um rombo na esperança que uns se afundem primeiro e outros encontrem um qualquer tábua de salvação. A democracia defende-se e reforça-se. Os que tiverem a ilusão de que a podiam destruir para a refundar falharam, assumindo uma pesada responsabilidade perante a História», explicou o primeiro-ministro, para quem «o prestígio da democracia e dos seus órgãos é uma tarefa de todos. Os problemas reais que importa resolver em conjunto não podem ser utilizados como arma de arremesso de uns contra outros», acrescentou António Guterres.

PELO PAÍS

Governança Aberta

**AVEIRO**

O governador civil de Aveiro, Antero Gaspar, presidiu, no domingo, dia 7, às comemorações do 104º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Espinho.



A recepção às entidades convidadas aconteceu de manhã, seguindo-se a cerimónia de condecorações em parada e a sessão solene do aniversário. Mais tarde decorreu um desfile, o qual foi seguido da apresentação de cumprimentos aos Bombeiros Voluntários espinhenses.

**CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

A instalação da Internet nas escolas primárias do País envolverá, durante a vigência do próximo Quadro Comunitário de Apoio, um investimento da ordem dos 60 milhões de contos, disse, ni dia 8, o ministro da Ciência e da Tecnologia.



Mariano Gago deslocou-se, na passada segunda-feira, a Castelo Branco para presidir à cerimónia de ligação a rede das 34 escolas do primeiro ciclo do concelho, permitindo aos 2 094 alunos que as frequentam o acesso as novas tecnologias de informação.

O governante recordou que o programa do Executivo socialista determina a aposta nacional na Sociedade de Informação e do Conhecimento como forma de se queimar etapas no caminho para a modernização do País.

Em breve será lançado um processo nacional de formação e certificação de competências básicas em tecnologias de informação, para que nenhum jovem complete a escolaridade obrigatória sem esta competência, acrescentou.

Portugal é um país suficientemente pobre para não se permitir exclusão de classes ou povos e não há dinheiro mais bem investido do que aquele que se aplica na educação infantil, juvenil e de adultos, disse o ministro. É inadmissível que nos dias de hoje tenha de se recorrer a vários serviços para obter uma certidão, disse Mariano Gago, advogando pela digitalização de todos os documentos necessários aos cidadãos e à sua disponibilização através da Internet.

**COMÉRCIO**

O secretário de Estado do Comércio, Osvaldo Castro, presidiu, na passada segunda-feira, dia 8, em Aveiro, à cerimónia inaugural do Centro Comercial das Glicínias.



No acto de inauguração esteve também presente o governador civil do distrito de Aveiro, Antero Gaspar.

**TRABALHO E SOLIDARIEDADE**

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, considerou, «escandalosas» as transferências de função em final de carreira de alguns funcionários públicos para obterem maiores benesses em termos de reformas «que nada têm a ver com a sua vida contributiva».



Ferro Rodrigues falava, no dia 4, durante a discussão do programa do Governo, na Assembleia da República.

Em resposta a várias perguntas de Francisco Louçã (BE), o ministro abordou o tema de «plafonamento» (tecto contributivo) para a segurança social, definindo-o como «necessariamente elevado».

Por outro lado, Ferro Rodrigues também não se mostrou apologistas de um recur-

so «excessivo» ao mercado de capitais no que se refere à capitalização dos fundos ao dispor da segurança social.

De resto, no seu discurso, o governante deixou três pilares essenciais «para uma legislatura», entre as quais surge a questão da «inserção social».

«Não tenho ilusões sobre a possibilidade de inserção social de todos os 400 mil abrangidos pelo rendimento mínimo garantido (RMG), até porque muitos são jovens em idade escolar e outros são idosos, mas devemos fazer um esforço em relação aos que estão em idade contributiva», esclareceu Ferro Rodrigues.

Ainda no capítulo da inserção social, o ministro reivindicou para o anterior governo os louros de ter diminuído o número de desempregados de longa duração.

Pessoas portadoras de deficiência e ex-reclusos também deverão esperar políticas sociais do novo governo.

**TURISMO**

O secretário de Estado do Turismo, Cabrita Neto, tranquilizou os empresários do sector sobre o receio de que a junção das pastas ministeriais das Finanças e da Economia no novo Governo possa

levar a um «esquecimento» do turismo. «Gostaria de tranquilizar os meus empresários» sobre a junção dos ministérios da Economia e Finanças, disse Cabrita Neto, acrescentando: «Não tenham medo, que o ministro vai ter tempo para receber o secretário de Estado do Turismo».

Falando quinta-feira à noite, em Lisboa, na entrega dos prémios «Os Mais do Milénio», atribuídos pela Turismohotel Internacional, o secretário de Estado disse que «tem linha aberta com o ministro». «Posso consultá-lo a qualquer momento», acrescentou o governante, reconduzido no cargo, que pediu aos empresários «uma intervenção construtiva em prol do turismo português».

A entrega dos prémios aos «mais do milénio» teve ainda a presença do secretário Regional do Turismo da Madeira, João Carlos Abreu, do director-geral do Turismo, presidente da Região de Turismo do Algarve e de responsáveis de várias instituições ligadas ao turismo nacional.

A Turismohotel distinguiu 26 empresas ou personalidades ligadas ao turismo nacional nos vários sectores, desde a hotelaria aos transportes, golfe, gastronomia e vinhos, estando a maioria fortemente implantada no Algarve.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 5 de Novembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que fixa as bases gerais do sistema de solidariedade e de segurança social;
- Uma proposta de lei que estabelece o regime jurídico do referendo local;
- Uma proposta de lei que estabelece o regime jurídico da publicação ou difusão de sondagens e inquéritos de opinião nos órgãos de Comunicação Social;
- Uma proposta de lei que regula o exercício da liberdade sindical e os direitos de negociação colectiva e de participação do pessoal da Polícia de Segurança Pública;
- Uma proposta de lei que autoriza o Executivo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos;
- Uma proposta de lei que regula a constituição, organização, funcionamento e atribuições das entidades de gestão colectiva do direito de autor e dos direitos conexos;
- Uma proposta de lei que concede ao Governo autorização legislativa para aprovar o regime especial de ilícitos de mera ordenação social em matéria de poluição do meio marinho sob jurisdição marítima nacional, incluindo os espaços da zona económica exclusiva e os factos praticados, em áreas de alto mar abrangidas pela jurisdição de qualquer Estado, por agentes poluidores que arvoem bandeira nacional;
- Uma proposta de resolução que prevê a Convenção do Unidroit sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, assinada em Roma, a 24 de Julho de 1995;
- Uma proposta de resolução que aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Tunísia para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento, assinada em Lisboa, em 24 de Fevereiro de 1999;
- Uma proposta de resolução que estabelece o Código Ibero-Americano de Segurança Social e os seus protocolos primeiro e segundo, assinado em Madrid, em 19 de Setembro de 1995;
- Uma proposta de resolução que consagra o Tratado de Criação e os Estatutos do Conselho Ibero-Americano do Desporto, assinados em Montevideo, em 4 de Agosto de 1994;
- Uma resolução que nomeia Rosa Maria Simões da Silva Sousa Marques vice-presidente do Conselho de Administração do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI).

## LIBERDADE SINDICAL E DIREITOS DE NEGOCIAÇÃO COLECTIVA

O Conselho de Ministros decidiu, no dia 5, regulamentar o exercício da liberdade sindical e os direitos de negociação colectiva e de participação do pessoal da Polícia de Segurança Pública.

A proposta de lei aprovada na última reunião do Executivo, não abrange o pessoal da PSP não integrado em carreiras técnico-policiais, ao qual será aplicado o regime geral dos trabalhadores da Administração Pública; nem os Corpos de Intervenção e de Segurança Pessoal bem como o Grupo de Operações Especiais, aos quais será aplicado, relativamente aos direitos de negociação colectiva e de participação, um regime adequado à natureza das respectivas funções.

O diploma, a par do reconhecimento de direitos, consagra um conjunto de restrições exigíveis pelas atribuições específicas destes trabalhadores:

- Fazer declarações que afectem a subordinação da polícia à legalidade democrática bem como a sua isenção política e partidária;
- Fazer declarações sobre matérias de que tomem conhecimento no exercício



das suas funções e constituam segredo de Estado ou de Justiça ou respeitem a matérias relativas ao dispositivo ou actividade operacional da polícia classifica-

dos de reservado nos termos legais;

- Convocar reuniões ou manifestações de carácter político ou partidário ou nela participar, excepto, neste caso, se tra-

jar civilmente e, tratando-se de acto público, não integrar a mesa, usar da palavra ou exibir qualquer tipo de mensagem;

- Exercer o direito à greve.

No que respeita ao exercício das actividades sindicais, o diploma consagra um conjunto de direitos próprios ao estatuto dos membros dos corpos gerentes e dos delegados sindicais, de entre os quais se destacam o direito de não poderem ser transferidos do local de trabalho sem o seu acordo expresso e sem audição da associação sindical respectiva e o direito a créditos de não trabalho remunerado (o exercício de cargos em corpos gerentes é, contudo, incompatível com as funções dirigentes tipificadas no diploma).

O direito de exercício nas instalações dos serviços e o de se reunirem nos locais de trabalho, nos termos previstos no diploma; a permissão de as associações sindicais distribuírem comunicados e outros documentos; bem como a possibilidade de requisição, pelas associações sindicais, de funcionários seus associados são inovações igualmente consagradas no texto da proposta de lei.

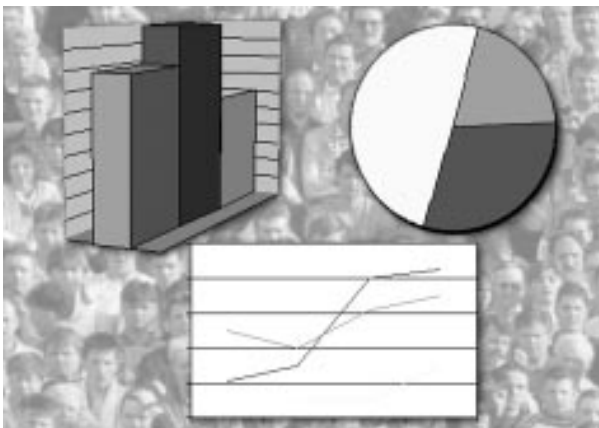
## SONDAGENS E INQUÉRITOS NA MIRA

O Governo socialista deu carta branca, na passada reunião de Conselho de Ministros, realizada, no dia 5, em Lisboa, a uma proposta de lei que estabelece o regime jurídico da publicação ou difusão de sondagens e inquéritos de opinião nos órgãos de comunicação social.

Este diploma introduz relevantes alterações à actual regulação da matéria (Lei n.º 31/91, de 20 de Julho) centradas basicamente em três áreas: a regulação da actividade de publicação e difusão de sondagens e inquéritos de opinião num âmbito mais vasto do que o âmbito político-eleitoral; o estabelecimento da distinção necessária entre as sondagens cientificamente validadas que permitem a generalização dos resultados obtidos e outros tipos de inquéritos de opinião; e a definição das regras específicas para as sondagens em matéria eleitoral.

No que respeita às sondagens foi fixado que estas só podem ser realizadas por entidades inscritas e credenciadas para o exercício da actividade junto da Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS).

As suas perguntas das sondagens devem ser objectivas, precisas e claras; a



amostra deve ser representativa do universo a abranger; a interpretação dos resultados brutos deve ser rigorosa; os inquiridos têm de ser informados sobre a identificação da entidade responsável pela realização da sondagem, devendo

o anonimato dos inquiridos ser preservado.

Na publicação de uma sondagem deve ser observado o condicionalismo temporal que garanta a não desactualização dos resultados obtidos.

Assim, a entidade responsável pela publicação ou difusão deve proceder ao depósito da sondagem antes de a divulgar. O depósito é acompanhado da respectiva ficha técnica.

Da primeira divulgação tem que constar uma ficha técnica com os elementos necessários à sua identificação e à explicitação do método ou das técnicas utilizadas na recolha ou tratamento dos dados.

Quanto às sondagens relativas ao acto eleitoral ou referendário, deve destacar-se a permissão da sua realização em dia de sufrágio junto dos locais de voto desde que autorizadas previamente (mínimo uma semana) pela Comissão Nacional de Eleições e desde que os entrevistadores estejam credenciados pela CNE; a possibilidade da sua realização depois do exercício do direito de sufrágio desde que salvaguardem o segredo do voto; e a redução substancial do prazo de proibição de divulgação e análise de sondagens e projecções de resultados, o qual passa dos sete dias (actualmente em vigor) para o período que medeia entre o final da campanha eleitoral e o encerramento das urnas em todo o País.

## DESTAQUE – CM

## Solidariedade e Segurança Social

## NOVA LEI DE BASES

O Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 5, em Lisboa uma proposta de lei que consagra as bases gerais do sistema de solidariedade e de segurança social.

Este diploma já beneficia do debate parlamentar efectuado na anterior legislatura e das propostas que foram efectuadas por todos os outros partidos.

Assim, o País e a Assembleia da República ganham e aproveitam o anterior debate parlamentar.

Por seu turno o novo Governo socialista assume, no respeito pelo debate democrático, a proposta de lei de bases da solidariedade e da segurança social, que se encontrava a ser apreciada na Comissão Parlamentar de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social no Parlamento e que resultava de um esforço de consensualização das propostas aí apresentadas por vários partidos com assento parlamentar.

O diploma procede a uma adaptação do sistema da Segurança Social aos actuais e futuros condicionalismos económicos, sociais e outros - regulando-os e em certos aspectos condicionando-os - assumindo-se como uma proposta de lei da Solidariedade (e não apenas da Segurança Social), ao fazer desta o vector fundamental que perpassa todos os ramos de protecção social aí claramente distinguidos.

O sistema de solidariedade e de segurança social surge então concretizado através de três grandes ramos de protecção ou subsistemas: a protecção social de cidadania, a protecção social à família e a protecção social substitutiva dos rendimentos da actividade profissional (subsistema previdencial).

## Quatro áreas de inovação

As inovações consubstanciadas na proposta de lei podem ser aglutinadas em quatro áreas. A primeira respeita aos prin-



cípios fundamentais do modelo da segurança social através da combinação do princípio da universalidade, com o princípio da diferenciação positiva.

Pretende-se que o sistema de Segurança Social, no seu conjunto, seja mais equitativo e assegure uma efectiva redistribuição dos rendimentos, por forma a que se discriminem positivamente os beneficiários de menores recursos.

Este princípio de redistribuição, que se substitui, portanto, a uma lógica puramente seguradora, traduz-se no reconhecimento de que não basta apenas a solidariedade nacional, pelo que no seio do próprio sistema de Segurança Social a solidariedade de base laboral surge reforçada através da implantação de medidas redistributivas, como é o caso, por exemplo, da previsão inovadora da regressividade das taxas de substituição.

A segunda área respeita à consagração de um conjunto de medidas tendentes ao reforço da protecção social, sem ignorar as

exigências de produtividade e de competitividade das empresas e as novas vicissitudes do mercado de trabalho.

Assim, no âmbito do subsistema previdencial, prevê-se que os rendimentos do trabalho possam vir a ser, progressivamente, menos penalizados do que os rendimentos resultantes de outros factores de produção.

Para além disso, admite-se já, num contexto de defesa e promoção do emprego, que as contribuições devidas pelas entidades empregadoras venham a incidir sobre outros factores que não as remunerações.

Finalmente, prevê-se que as próprias taxas contributivas possam variar de acordo, por exemplo, com as políticas conjunturais de emprego, com a actividade ou sector económico em causa, e ainda com a situação dos beneficiários.

A terceira área diz respeito aos modelos e formas de financiamento do sistema da Segurança Social.

Conscientes dos condicionalismos económicos e demográficos e da própria maturação do nosso sistema de pensões, o problema é encarado sem que sejam postos em causa os valores da solidariedade e da justiça intergeracional.

Assim e embora mantendo a repartição como modelo essencial, ele é articulado quer com a capitalização privada e facultativa no âmbito de regimes complementares de reforma, quer com o reforço da capitalização pública de parte dos excedentes do regime geral, tendo em vista justamente a garantia da sustentabilidade de longo prazo do sistema.

De igual modo, é importante a consagração do princípio da diversificação das fontes de financiamento, tendo em vista a ampliação das bases de obtenção dos recursos, sem que daí resulte contudo o agravamento dos custos não salariais da mão-de-obra. Para tanto, prevê-se a abertura para uma eventual criação de novos instrumentos contributivos, como é a contribuição de solidariedade.

A quarta e última área de inovação está relacionada com o modelo de organização do sistema da Segurança Social.

São seus objectivos fundamentais os da descentralização e da desconcentração dos serviços, tendo em vista o aumento da sua eficácia e a sua melhor adequação às necessidades dos cidadãos.

Para tudo isso foi previsto, pela primeira vez, um sistema de informação que permitirá facilitar a cobrança das contribuições e, desse modo, eliminar as situações de fraude e de evasão contributiva.

Este sistema permitirá ainda organizar bases de dados pessoais, através da criação de um sistema nacional de identificação único, os quais viabilizarão um conhecimento completo de todos quantos beneficiam do sistema ou que para ele contribuam, favorecendo a eficácia e eficiência do sistema e ampliando simultaneamente as garantias e os direitos individuais do cidadão.

## DESTAQUE – CM

## Referendo local

## APROVADO REGIME JURÍDICO

O Executivo socialista deu luz verde, no passado dia 5, ao novo regime jurídico do referendo local.

A decisão foi tomada na passada reunião de Conselho de Ministros, que decorreu, quinta-feira, em Lisboa.

A proposta de lei aprovada tem uma estrutura semelhante à da Lei n.º 15-A/98, de 3 de Abril (referendo a nível nacional) e vem regular uma matéria que ficou a carecer de disciplina legal após a revisão constitucional de 1997, que ampliou as possibilidades de recurso a este instituto.

O diploma trata de temas fundamentais da



matéria eleitoral como são a convocação e objecto do referendo; campanha referendária, nas suas vertentes de propaganda e processo eleitoral, de intervenção de partidos e de grupos de cidadãos eleitores; as despesas públicas em torno do fenómeno eleitoral, o ilícito penal e contra-ordenacional e os efeitos jurídicos do referendo.

A decisão de desencadear um processo de referendo local compete ao órgão representativo das autarquias locais ou a grupos de cidadãos eleitores, podendo estes últimos participar na campanha em termos análogos aos partidos políticos. Em termos de objecto, o referendo local

deverá contemplar uma questão de relevante interesse local, incluída nas competências autárquicas.

Quanto aos efeitos do referendo local, destacam-se a natureza sempre vinculativa das consultas, independentemente do índice de participação ou de deliberação posterior, e a previsão de um dever de agir da autarquia local conforme ao sentido da resposta referendária.

Prevê-se ainda um mecanismo de protecção de actos praticados para concretizar um referendo, impedindo-se a sua alteração no decurso do mandato em que a consulta tenha sido efectuada.

DEPUTADO MEDEIROS FERREIRA

Programa de Governo

## PILOTAR O FUTURO



«Este Governo tem à sua frente uma missão difícil: a de pilotar decididamente o País para um século de prosperidade, de justiça, de liberdade no aprofundamento na quali-

dade da democracia». Foi esta a mensagem deixada pelo deputado socialista Medeiros Ferreira, no dia 4, durante a sessão plenária da Assembleia da República em que foi discutido o Programa do XIV Governo Constitucional.

Concentrando as atenções no capítulo programático intitulado «A Qualidade da Democracia», o parlamentar do PS falou a respeito da «afirmação da identidade nacional no contexto europeu e mundial», ou seja, sobre política externa, alertando para necessidade de «estar preparado para o improvável».

«Haverá que saber distinguir os problemas urgentes do curto prazo das questões importantes que perduram», reiterou.

Ao salientar que o Programa do Executivo so-

cialista diferencia apenas duas questões prioritárias no sector diplomático – a evolução do futuro de Timor Lorosae e a transferência administrativa de Macau –, o deputado do GP/PS acrescenta a próxima presidência portuguesa da União Europeia.

Ao deslocar-se a território macaense após o sufrágio nacional de 10 de Outubro, Medeiros Ferreira constatou o «enorme esforços que a administração portuguesa fez nos últimos anos para deixar obra material, cultural, jurídica e política que permita a continuação de um bom relacionamento entre portugueses, macaenses e chineses».

Quanto a Timor, tudo o que vem no Programa de Governo «soa justamente» para Medeiros Ferreira, embora este parlamentar do PS reconheça não compreender uma omissão. É que, no documento, não há nenhuma referência à futura entrada de Timor-Leste como Estado-membro da Organização das Nações Unidas.

«Creio que tudo estará incompleto enquanto Timor Lorosae não fizer parte de pleno direito da ONU», frisou.

Relativamente à presidência portuguesa da UE, Medeiros Ferreira salienta que o seu exercício exigirá do Executivo chefiado por António Guterres, «uma agilidade acrescida na acumulação das diferentes dimensões da nossa política internacional».

Ainda no âmbito da política externa, o deputado socialista aproveitou para felicitar o novo Executivo pela importância que pretende dar aos aspectos sociais da construção europeia, bem como à definição de uma Carta Europeia de Direitos Fundamentais.

Depois de elencar os desafios que se colocam à presidência portuguesa da UE em várias áreas, o parlamentar do PS abordou o tema da política de defesa nacional, ressaltando que o programa do XIV Governo avança algumas respostas.

«Este Governo deverá marcar um nítido esforço nacional no reforço do aparelho militar português mediante a integral aplicação dos programas de reequipamento constantes da Lei de Programação Militar», disse, acrescentando que «só assim a República Portuguesa es-

tará em condições de se distinguir de outros Estados Europeus praticamente sem forças armadas e que serão tratados como tais quando a hora da verdade soar».

Assim, segundo afirmou Medeiros Ferreira, o programa de Governo terá o «apoio certo da bancada parlamentar socialista», na alínea sobre «a defesa como elemento estruturantes da identidade nacional e afirmação de Portugal no mundo».

Sobre a consolidação das autonomias regionais o deputado socialista deixou «uma palavra forte».

«O programa de Governo, no capítulo das Regiões Autónomas, é igual ao Programa Eleitoral que teve ampla colaboração do PS/Açores, pelo que só pode merecer o nosso aplauso», afirmou Medeiros Ferreira, chamando, porém, a atenção, para o facto de «tudo se jogar na sua execução».

«Os resultados eleitorais implicam que o XIV Governo Constitucional seja um Governo reformador como primeiro-ministro já anunciou», concluiu.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO BARROS MOURA

Programa de Governo

## UM PROJECTO PROGRESSISTA E DE MUDANÇA



O deputado socialista Barros Moura afirmou no dia 4, no Parlamento, que «o Governo apresenta à Assembleia e ao país um programa profundamente reformador, um programa

de mudança que os cidadãos exigem e esperam».

Corn efeito, sublinhou, «reformular não é fazer leis ou códigos: é transformar a realidade para melhorar a vida das pessoas».

Barros Moura, que falava durante a discussão do programa do Governo, salientou que para os socialistas «as reformas terão de ser muitas vezes graduais para serem consistentes». «Não partilhámos a visão daqueles que nos criticam por, alegadamente, não sermos reformadores, mas se caracterizam eles próprios pelo imobilismo», disse, acrescentando que «muito menos aceitamos a postura característica dos partidos da direita que não param de exigir ao PS e ao Governo as famigeradas "reformas estruturais" nas ver-

sões mais atentatórias dos direitos e interesses dos trabalhadores e das classes médias para fazerem recair sobre nós a impopularidade – ao mesmo tempo que apresentam, pelo seu lado, medidas e exigências que inviabilizariam por completo as ditas reformas estruturais».

Segundo Barros Moura, «o programa do Governo satisfaz as nossas melhores expectativas».

«Refiro-me em particular ao domínio das políticas sociais, em si próprias, e quanto à influência determinante dos objectivos de política social na definição das políticas económicas e na configuração do quadro político e institucional», disse.

Assim, e em assumida ruptura com a «ortodoxia monetarista», o parlamentar socialista referiu que «o programa elege o emprego – mais qualificado, melhor remunerado e mais sustentado – como o «eixo central» da política económica. Prioridade que, aliás, o Governo anterior conseguiu impulsionar decisivamente na própria União Europeia».

Por outro lado, acrescentou, «é inequivocamente assumido que o progresso social não só não é incompatível, como faz parte integrante das condições do progresso económico».

### Não à ditadura do mercado

Barros Moura frisou ainda que «um novo contrato entre o Estado, a sociedade e o mercado é proposto, visando garantir o primado do interesse colectivo, legitimamente definido pelo poder político democrático, a equidade social e a igualdade de oportunidades para impedir o que se tem chamado a ditadura do mercado».

Do programa do Governo Barros Moura enfatizou «a necessidade de uma firme vontade política de enfrentar os poderes fácticos e as corporações para impor o primado do interesse geral».

O Governo, disse, «pode contar com o nosso apoio, a nossa pressão e a nossa exigência vigilante para que a força não lhe falte».

O deputado socialista realçou ainda que «Portugal – apesar de, com o Governo do PS, se ter registado uma subida da parte dos salários no rendimento nacional, continua a ser uma sociedade profundamente inigualitária. Talvez a mais inigualitária em toda a União Europeia. Não o ignoramos nem escondemos».

Por isso, referiu, «o programa propõe-se fazer crescer os rendimentos e corrigir ao mesmo tempo as assimetrias numa equação difícil porque o crescimento tem que ser sustentável e sem demagogia que faça perder ao país algumas vantagens competitivas, antes de conseguir ganhar outras decorrentes da inovação. Mas é nosso dever indeclinável combater as desigualdades sociais. O programa propõe fazê-lo através, fundamentalmente, das transferências sociais, da acção social e, de modo determinante, da política fiscal».

Assim, realçou, entre outras medidas do Pacto de Justiça Fiscal, «o alargamento da base tributária, trazendo para o sistema os contribuintes que continuam à margem dele; a reformulação do perfil dos benefícios fiscais; e o combate à evasão e fraude fiscal».

Para vencer numa geração o atraso estrutural do país Barros Moura sublinhou que «o programa define, entre outros objectivos «Uma nova geração de políticas sociais».

O grande princípio a seguir, revelou, «é o da universalidade com diferenciação positiva, apoiando mais quem mais precisa e não mantendo os sistemas que, em nome do igualitarismo, beneficiam os mais fortes e prejudicam os mais carenciados».

### Combate à precarização do emprego

Salientou que o Governo dá prioridade «ao emprego, à coesão social, à igualdade de oportunidades e ao papel nuclear da família, nomeadamente para combater o dualismo social».

É por isso, acrescentou, «que esta sociedade, que queremos, para todos tem de ser uma sociedade baseada na garantia dos direitos sociais».

Entre o essencial das medidas propostas o deputado do PS referiu, entre outras, «uma segurança social pública não minimalista como «coluna vertebral» do sistema de protecção social»; «o combate à precarização do emprego (que o Governo reconhece honestamente ter contribuído para a redução do desemprego) e a regulamentação das formas «atípicas» de trabalho»; e o «combate ao trabalho ilegal e a valorização do papel e dos meios da Inspeção do Trabalho»; e «uma forte democracia e cidadania na empresa – o que implica uma consistente representação dos trabalhadores».

J. C. CASTELO BRANCO

PS

Bancada socialista

## ELEITA NOVA DIRECÇÃO

A nova direcção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, liderada por Francisco Assis, foi formalmente eleita, no dia 4, com 75 votos favoráveis, 28 contra, um nulo e dez abstenções.

Votaram 114 dos 115 deputados do PS que, além de Assis, elegeram para este órgão de cúpula Ana Catarina Mendonça, António Reis,

Barros Moura, Helena Roseta, Jâmbia Madeira, João Carlos Silva, José Junqueiro, José Magalhães, Medeiros Ferreira e Manuel dos Santos.

Juntamente com a direcção foi eleito o Conselho Fiscal do GP/PS, presidido por Eduardo Pereira, que terá como vogais Casimiro Ramos e Maria Luísa Vasconcelos.



BERLIM

Queda do Muro

## DEZ ANOS QUE ABALARAM O MUNDO

«Com a queda do Muro de Berlim, veio a destruição da Cortina de Ferro e, logo a seguir, deu-se o colapso do comunismo, como ideologia e sistema de governo. As consequências – positivas e negativas – fizeram-se sentir em todos os continentes»

Mário Soares

**Um pouco por todo o lado, com especial incidência na Alemanha, o mundo lembra esta semana a queda do Muro de Berlim ocorrida há uma década. Uma nova era começava então. Nada ficou como dantes. O desejo de democracia e de respeito dos direitos humanos dos povos oprimidos foi mais forte que o ortodoxia comunista e o Muro foi abaixo.**

**Q**ue momentos inesquecíveis então foram vividos por milhões de cidadãos. Mas a implosão do comunismo não é o fim da história nem o triunfo do capitalismo selvagem, sem regras, que alguns, como Fukuyama, depressa proclamaram. As injustiças chocantes, as desigualdades crescentes, a fome global em certas áreas da África, América Latina, Ásia, para já não



falar das bolsas de pobreza nos países desenvolvidos, aí estão a recordar-nos que é precisa uma nova ordem económica mundial assente na síntese harmoniosa entre mercado com regras e justiça social. O neoliberalismo prova todos os dias que não é resposta para nenhum dos problemas civilizacionais, estando mesmo a gerar graves conflitos sociais e revoltas de consequências imprevisíveis.

Mikhael Gorbatchev, principal responsável pelas transformações ocorridas há dez anos, recorda numa notável entrevista publicada no diário espanhol «El País», que o Muro de Berlim caiu graças à «perestroika».

Na entrevista publicada por ocasião do 10º aniversário da queda do Muro, o ex-presidente soviético afirma: «Sem as mudanças na URSS, não teria havido eleições livres

nos países do Pacto de Varsóvia. Sem a "perestroika", não teria havido revolução de veludo e os alemães não se teriam manifestado contra o regime de Honecker».

«No Outono de 1989, pensávamos que a unificação alemã não seria feita neste século», mas «Kohl, Bush e eu próprio decidimos que a unificação satisfaria os desejos alemães e corrigimos a nossa política», frisou o antigo secretário-geral do PCUS.

«Mais tarde, quando a URSS desapareceu, os nossos interlocutores (ocidentais) decidiram lucrar com a situação. A superpotência (URSS), sua autoridade e influência tinham desaparecido e, segundo eles, os homens políticos russos não tinham experiência suficiente. Decidiram então ignorá-los e começar a agir», prosseguiu. Mikhael Gorbatchev criticou com algum desencanto os parceiros ocidentais de Moscovo, que acusou de «terem esquecido as promessas de não alargar a NATO aos países de Leste» europeu.

«Os nossos parceiros acharam que tinham ganho a guerra-fria, e que daí para a frente tudo o que se passasse dependeria deles e que nós tínhamos que sofrer as consequências», acrescentou, numa referência à intervenção militar da Aliança Atlântica este ano na Jugoslávia.

J. C. CASTELO BRANCO

FINANÇAS

Ecofin

### QUINZE DISCUTEM PACOTE FISCAL

O Conselho de Ministros da Economia e Finanças dos Quinze (Ecofin) reuniu-se no dia 8 em Bruxelas.

O pacote fiscal, nomeadamente a tributação dos rendimentos das aplicações de não residentes, foi o principal tema em debate.

A presidência finlandesa da União Europeia (UE) pretende fechar este «dossier» antes da cimeira de Helsínquia, que a 10 e 11 de Dezembro encerra a liderança semestral da Finlândia.

O ponto que está a atrasar a obtenção de um acordo entre os quinze Estados-membros da UE é o da tributação das aplicações de poupanças, pelas reservas do Reino Unido face à proposta da Comissão Europeia (CE) quanto à fiscalidade das euro-obrigações, dada a importância que os rendimentos gerados por estes títulos têm para a «City» de Londres.

Na sua proposta de directiva, a CE apresenta um «Modelo de Coexistência», no qual cada Estado-membro aplicaria uma

taxa de pelo menos 20 por cento às poupanças dos não residentes geradas no seu território ou, em alternativa, informaria o Estado onde o titular da poupança reside sobre os rendimentos gerados.

O Luxemburgo é outro dos países com reservas à proposta da CE, mas quanto à tributação dos rendimentos gerados pelos fundos de investimento, uma actividade bastante desenvolvida no país.

O Ecofin abordou ainda questões como as das ajudas comunitárias, através do Banco Europeu de Investimento, a projectos em países terceiros, do endividamento dos países pobres, a introdução das notas e moedas em euros e o pacote do emprego.

À margem da reunião assumiu particular importância o encontro entre o novo ministro da Economia e Finanças, Pina Moura, e o comissário da Concorrência, Mário Monti, onde o veto português ao negócio Champalimaud/BSCB foi abordado pelos dois responsáveis.

CIDADE DO CABO

Mandela afirma

### SAVIMBI NÃO É BEM-VINDO À ÁFRICA DO SUL

O antigo Presidente sul-africano Nelson Mandela afirmou no dia 7, na Cidade do Cabo, que o líder da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Jonas Savimbi, não será bem-vindo à África do Sul.

Nelson Mandela afirmou ao canal de televisão South Africa Broadcasting Corporation (SABC) que não podia confirmar rumores de que Savimbi estava a tentar refugiar-se na África do Sul.

Nelson Mandela pensa que a África do Sul nunca poderá aceitar Savimbi, uma vez que a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) declarou que ele era um «criminoso de guerra».

Recorde-se que no passado mês de Agosto em Moçambique, as 14 nações membros da SADC, de que a África do Sul faz parte, apelaram ao reforço das sanções decretadas pela ONU para isolar a UNITA de Savimbi.

Os chefes de Estado também apoiaram

a proposta que exclui Savimbi como interlocutor na busca da paz em Angola.

#### Reforço das sanções à UNITA

Por outro lado, o antigo Presidente sul-africano apelou à criação de uma comissão internacional encarregada de fiscalizar o processo de paz no Médio Oriente.

Na entrevista à SABC, Mandela fez votos que esta comissão criada com as Nações Unidas, seja dotada de membros nomeados pelas partes implicadas no processo. Ainda durante a entrevista Nelson Mandela declarou que não tem nenhum desgosto de ter partilhado o prémio Nobel da Paz em 1993 com o seu antecessor Frederik de Klerk.

O antigo presidente do regime do «apartheid», considerou Mandela, merece um lugar na história, quando evitou a explosão de uma guerra civil e assegurou uma transição pacífica para um regime democrático.

MACAU'99

Balanço

## REUNIÕES LUSO-CHINESAS «FRANCAMENTE» POSITIVAS

**O** embaixador português Santana Carlos afirmou, no dia 9, em Macau, que «o balanço dos trabalhos do Grupo de Ligação Conjunto Luso-Chinês é francamente positivo embora haja ainda assuntos por resolver».

Falando aos jornalistas no final dos trabalhos da primeira sessão da última reunião plenária do Grupo, realizados no Centro Cultural de Macau, o chefe da parte portuguesa acentuou que o encontro foi aproveitado para um balanço dos quase 12 anos de reuniões.

Em termos de agenda, o que esteve em cima da mesa foram a questão dos quadros e da legislação local, incluindo a tradução jurídica.

Santana Carlos disse ainda que as partes trocaram impressões genéricas sobre a evolução do processo de transição de Macau e recordou os consensos que foram sendo alcançados. Citou nomeadamente a revisão dos contratos de concessão, que ascenderam a 26, a construção do Aeroporto Internacional de Macau, bem como os relativos aos acordos aéreos entre Macau e terceiros países e à participação do território em 41 organismos internacionais.

Como exemplos de outros consensos obtidos no Grupo, o embaixador mencionou os respeitantes à Fundação Oriente, Escola Portuguesa de Macau e a manutenção dos bancos Nacional Ultramarino e da China como bancos emissores até 2010. O chefe da parte chinesa, embaixador Han Zhao kang, disse que o seu congénere



português tinha resumido a sessão de uma forma tão correcta e completa que pouco mais diria.

No entanto, salientou que os interesses globais e fundamentais de Macau a longo prazo estiveram sempre presentes nas reuniões e acentuou que as questões pendentes estão em fase avançada de resolução.

A transferência dos arquivos e do património, igualmente em discussão, foram consideradas questões «sem problemas» e de resolução assegurada.

Estas são algumas das discussões bilaterais em que existem consenso, mas já o mesmo não se pode dizer em relação à regulamentação das línguas oficiais, à or-

ganização judiciária e ao estabelecimento de tropas chinesas em Macau.

Nesta última reunião do Grupo, que permanecerá em funções até ao final do ano de 1999, continuou a ser discutida a cerimónia da transferência de poderes que vai realizar-se em Macau na noite de 19 de Dezembro próximo.

AÇORES

Carlos César considera

### SOCIEDADE CIVIL DEVE TER DEVERES DE SOLIDARIEDADE

O chefe do Governo Regional dos Açores endossou no dia 29 de Outubro às instituições da sociedade civil responsabilidades ao nível da solidariedade, apesar de atribuir ao Estado o dever da acção social.

«As tarefas de apoio social são, reconhecidamente, mais eficazes quando promovidas pelas próprias comunidades e pela acção dos cidadãos e das suas instituições», declarou Carlos César na abertura de um colóquio comemorativo dos oitenta anos da Santa Casa da Misericórdia da Maia, ilha de S. Miguel.

«Essa convicção justifica a aposta da Administração Regional num relacionamento com as Misericórdias baseado no respeito mú-

tuo e na autonomia institucional, sem cobertura a interesses institucionais desprovidos de conteúdo social directo», acrescentou. Para Carlos César esse relacionamento tem que ter sempre em vista «a população a servir, porque a solidariedade é um dever, não um negócio, sendo o lucro o bem praticado».

Criada para a implantação na freguesia de uma unidade de saúde, a Santa Casa da Misericórdia da Maia dispõe de serviços de apoio ao domicílio que assistem a meia centena de pessoas com dificuldades, de um lar para idosos e de uma casa de acolhimento de crianças e jovens com problemas familiares.

DIPLOMACIA

Portugal/Indonésia

### JAIME GAMA REÚNE COM SUCESSOR DE ALATAS

O ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e o seu homólogo indonésio, Alwi Shihab, vão encontrar-se hoje, em Nova Iorque, num encontro aguardado com expectativa.

O porta-voz do ministro Jaime Gama referiu que no encontro será analisado «o relacionamento bilateral» entre os dois países, bem como a situação timorense.

Este encontro surgiu depois de Jaime Gama ter enviado, há cerca de duas semanas, uma carta ao recém-nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros de Jacarta, sugerindo-lhe uma reunião, visando a análise do desenvolvimento de

uma «nova etapa no relacionamento» entre Portugal e a Indonésia.

A carta, que foi entregue pelas vias diplomáticas, teve como resposta a efectivação do encontro, tendo sido acordado que seria na sede das Nações Unidas em Nova Iorque. Este encontro tem lugar durante uma escala do ministro Jaime Gama em Nova Iorque antes de seguir para Havana para participar na Cimeira Ibero-Americana.

O ministro Alwi Shihab sucede na chefia do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Indonésia a Ali Alatas, que esteve no cargo cerca de 20 anos.

## ASSEGURAR DESENVOLVIMENTO E LIMITAR DESIGUALDADES

O Presidente da República, Jorge Sampaio, questionou-se sobre as respostas a dar ao «duplo desafio» das sociedades contemporâneas: «Assegurar o desenvolvimento económico» e «limitar as desigualdades» que o mercado «engendra e potencia».

Sampaio intervinha, no dia 8, em Lisboa, na sessão de abertura da conferência internacional sobre «A Reforma do Pacto Social», uma iniciativa sua que reuniu durante dois dias na capital portuguesa alguns dos mais reputados especialistas e estudiosos nacionais e estrangeiros do tema.



«Estamos obrigados a procurar soluções inovadoras para enfrentar as causas contemporâneas da iniquidade, que instala a descrença e corrói a coesão social», enfatizou o chefe de Estado português, depois de lembrar que «constitui um dever» dos responsáveis políticos garantir «a efectividade dos direitos dos cidadãos».

«A questão da partilha dos aumentos de produtividade perdeu prioridade em relação à da eficiência das políticas de gestão dos mercados de trabalho», assinalou Jorge Sampaio.

«Os sinais das dificuldades» na Europa «são claros e bem conhecidos», referiu Sampaio, passando a enumerá-los: altos níveis de desemprego, persistentes desigualdades no acesso ao trabalho, insegurança dos cidadãos quanto aos seus níveis de rendimento e desenvolvimento de novas formas de pobreza, problemas de financiamento da segurança social.

O chefe de Estado deixou ainda algumas questões: «Como conciliar diferentemente o aumento da competitividade empresarial e a cidadania social dos europeus?» Que fazer para melhorar a eficiência e a equidade dos sistemas de emprego? Qual a capacidade de orientar e de regular a mudança imposta por alterações

conjunturais e estruturais que podem conduzir a crises sociais graves dentro de cada Estado da União Europeia e a crises políticas entre países membros? Como europeizar os diferentes sistemas de relações industriais existentes na Comunidade? e Que possibilidades de ordenação ou de convergência existem desde já entre eles? foram outras interrogações deixadas por Jorge Sampaio.

«Temos pela frente desafios novos, que não poderão ser ganhos com estratégias, cujos resultados ficaram aquém do que prometiam», sustentou.

«A Reinvenção do Pacto Social: cenários e requisitos», «o emprego e as relações industriais na Europa do 3º milénio», «reflexões sobre a negociação colectiva e a concertação social em Portugal», as «relações de trabalho, entre a competitividade e a cidadania», uma «nova síntese entre o económico e o social», foram os temas das intervenções dos conferenciantes neste evento que decorreu no Centro Cultural de Belém.

## NOVAS IDEIAS DE FERNANDO GOMES SÃO «AGRADÁVEIS»

Lúis Santos, presidente da Confederação do Desporto de Portugal (CDP), classificou de «agradáveis» as ideias apresentadas no dia 5 pelo novo ministro Adjunto e da Administração Interna, Fernando Gomes, que também tutela o desporto.

«Esta primeira conversa abre boas perspectivas relativamente ao futuro do desporto nacional», confidenciou Luís Santos, que também manifestou o seu agrado pelas explicações dadas quanto ao financiamento específico para o Euro-2004 em futebol.

Um dia depois de Fernando Gomes ter recebido o presidente do Comité Olímpico de Portugal, Vicente Moura, no dia 5 foi a vez de uma delegação da CDP, constituída pelo presidente Luís Santos, Fernando Mota e Carlos Sena, apresentarem formalmente cumprimentos ao novo ministro encarregue da pasta do Desporto.

«Tratou-se de uma breve troca de impressões, mas que permitiu recolher um conjunto de ideias positivas para o movimento associativo. As ideias explanadas pelo

ministro Fernando Gomes foram muito agradáveis», considerou Luís Santos.

### Novas infra-estruturas desportivas

A questão de um orçamento extraordinário para o desporto e a gestão dos fundos comunitários, incluídos na Agenda 2000, para a construção de novas infra-estruturas desportivas, foram alguns pontos focados pela CDP neste encontro com Fernando Gomes.

Para Fernando Mota, «é fundamental criar

no seio da Secretaria de Estado do Desporto as necessárias sinergias e articulações com as diversas entidades para a gestão dos 82 milhões de contos até 2003».

O mesmo responsável salienta também a importância de um orçamento específico para o desporto, voltando a contestar a dependência das receitas do Totoloto: «O desporto, com o seu reconhecido impacto económico e social, não merece um financiamento aleatório, dependente das maiores ou menores apostas das famílias».

## CURTAS-METRAGENS RECEBEM 64 MIL CONTOS

O Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia (ICAM) anunciou, no dia 8, em Lisboa, que oito projectos foram aprovados no âmbito do I Concurso de 1999 de Apoio Financeiro Selectivo à Produção de Curtas-Metragens, com um montante global disponível de 64 mil contos.

O ICAM revelou também os resultados da selecção dos projectos candidatos ao

concurso, depois da deliberação do júri - presidido por José Vaz Pereira e composto igualmente por Carlos Manuel, José Matos-Cruz, Luís Avelar e Nuno Henrique Luz - ter sido homologada pelo ministro da Cultura.

«Sem Movimento» (requerente e realizador Sandro Aguilar) foi o projecto seleccionado em primeiro lugar.

«A Drogaria» (requerente D&D

Audiovisuais Lda, realizadora Elsa Bruxelas), «Crescei e Multiplicai-vos» (requerente Acetato Lda, realizador Manuel Mozos), «Fotoquic» (requerente Continentalfilmes Lda, realizador Arlindo Marques), «A Dupla Viagem» (requerente David & Golias, realizadora Teresa Garcia) e «O Fato» (requerente Filmes do Tejo Lda, realizadora Inês de Medeiros) foram seleccionados *ex aequo*.

Foram também seleccionados para apoio governamental os projectos «Retrato em Fuga» (requerente Produções OFF Lda, realizador Nuno Carinhas) e «Telefona-me» (requerente Magazin Produções Lda, realizador Frederico Coroado).

Oito mil contos é quanto cada um dos oito projectos de curtas-metragens receberá do Ministério da Cultura, através do ICAM.



## Abrantes

### ETAR da Margem Sul para breve

No âmbito do programa «Cuidar do Tejo», a Câmara Municipal de Abrantes levou a efeito a construção de diversas ETAR, consideradas fundamentais para a implementação deste projecto, que contribuirá decisivamente para o desenvolvimento sustentável do concelho.



Tal foi o caso das ETAR de Tramagal, de Rio Moinhos/Amoreira, de Pego e da Fonte Quente (Alferrarede), que faz o tratamento dos esgotos da cidade.

O município prepara-se agora para construir aquela que é a quinta e última ETAR a desenvolver no domínio deste programa: a ETAR da Margem Sul, que servirá as localidades de Rossio ao Sul do Tejo e S. Miguel do Rio Torto.

## Fafe

### III Jornadas de História Local

O pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Fafe, na sequência do êxito das duas anteriores edições, promove este ano, a 12 de Novembro, a realização das



III Jornadas de História Local, com o objectivo de aprofundamento e afirmação da identidade do município, através da apresentação de trabalhos de investigação histórica sobre os seus múltiplos e plurais aspectos.

## Felgueiras

### Piscina olímpica cada vez mais real

A Câmara Municipal de Felgueiras aprovou recentemente, por unanimidade, o protocolo de cooperação desportiva entre o município de Felgueiras e o Instituto Nacional do Desporto (IND).



Para a presidente da Câmara de Felgueiras, Fátima Felgueiras, «a assinatura deste protocolo vem sublinhar o trabalho desenvolvido e a aposta de há uns anos a esta parte na disciplina da natação no concelho, que tem uma população muito jovem». Fátima Felgueiras salientou ainda que o complexo de piscinas, para além do lazer, tem também a vertente da competição, com a realização dos campeonatos nacionais, europeus e internacionais.

## Faro

### Concurso de Fado Amador

Desde o passado dia 3 de Outubro que está a decorrer o Concurso do Fado Amador do Concelho de Sintra, que se prolongará até 10 de Junho de 2000, integrando 17 eliminatórias, uma por cada freguesia, e uma final.

Todos os espectáculos têm lugar às 21 e 30.



### Obras em jardim infantil

Desde o passado dia 25 de Outubro que o parque infantil Jardim do Bico se encontra

encerrado para obras de recuperação. O encerramento, por um período previsível de quatro meses, deve-se à necessidade de se iniciarem as obras de recuperação deste espaço, a serem executadas pelo projecto recuperação do centro histórico de Sintra da Câmara Municipal.

## Lisboa

### Passado, presente e futuro segundo João Soares

Lisboa é uma das poucas capitais europeias onde ainda vivem pessoas em barracas, o que a distingue pela negativa, realçou no dia 28 de Outubro o presidente da câmara, João Soares, durante uma palestra sobre a cidade.



O presidente da autarquia da capital fala durante um encontro de um clube de Rotários da cidade sobre o presente, o passado e o futuro de Lisboa.

Acabar com os grandes bairros de barracas como as Musgueiras Norte e Sul, a Currealeira, modernizar a estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcântara e aumentar os lugares de estacionamento são as prioridades para o autarca até ao fim do mandato.

Colocada entre o «quinto e o sétimo lugar na classificação europeia de cidades sede de congressos e no primeiro lugar como porto atlântico para navios cruzeiros», Lisboa «assume-se claramente como cidade de turismo», disse.

Além do turismo, João Soares salientou «o aumento dos lugares de estacionamento na cidade, de 700 em 1994 para 12 mil hoje». João Soares defendeu ainda a criação de uma autoridade de transportes «para a coordenação dos vários transportes na cidade», que caracterizou como «mágica e fraterna».

## Montemor-o-Velho

### Filarmónicas centenárias em CD

O repertório das quatro filarmónicas centenárias do concelho de Montemor-o-Velho vai ser compilado em CD, numa iniciativa do município local.

Considerando que há muito que era sentida a necessidade por parte das filarmóni-

cas a existência de uma compilação do seu trabalho para a divulgação do seu repertório musical, a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho possibilitou a gravação de um CD a cada uma das quatro filarmónicas, com tempo aproximado de 60 minutos e com repertório escolhido pela própria, com vista à colmatação dessa lacuna.

## Outubro, mês da música

A apresentação dos trabalhos discográficos das filarmónicas concelhias decorreu no passado dia 6, na sede do Centro de Recreio Popular de Formoselha, na Freguesia de Santo Verão.

Esta apresentação foi feita no concerto de encerramento da iniciativa «Outubro, mês da música», um evento que permitiu a realização de uma verdadeira festa da música pelas várias freguesias do concelho em locais privilegiados.

## Santo Tirso

### Políticas desportivas locais em debate

Numa iniciativa da ANMP, que contou com o apoio da Câmara Municipal de Santo Tirso, realizou-se no passado dia 4, no salão nobre dos Paços do Concelho de Santo Tirso o encontro regional norte de municípios, subordinado ao tema «As autarquias e as políticas desportivas locais, regionais e nacionais».

No encontro participaram eleitos, dirigentes e quadros técnicos das autarquias dos distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Guarda e Viseu.

## Vila Real de S. António

### X Milhas do Guadiana

A oitava edição das X Milhas do Guadiana em Atletismo disputou-se no passado dia 31 de Outubro, entre Vila Real de S. António e Ayamonte, em Espanha, com os atletas a atravessarem a ponte que une os dois países ibéricos.

A organização esteve a cargo da Câmara Municipal de Vila Real de S. António e participaram atletas de Portugal, Espanha, Rússia, Etiópia, Marrocos e Tanzânia, entre outros países, o que demonstra a crescente dimensão internacional da prova.

## Câmara critica gestão da CP

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António denunciou publicamente o desinteresse absoluto da CP – caminhos de Ferro de Portugal, no desenvolvimento da rede ferroviária no Algarve e no Sul do país. Segundo o município, «apesar da sua vocação de empresa de serviço público, a CP parece estar interessada apenas no desenvolvimento da rede ferroviária nas regiões com mais mercado, nomeadamente em toda a zona a norte do rio Tejo e na nova linha de ligação à Margem Sul pela Ponte 25 de Abril».

## PS EM MOVIMENTO

### COIMBRA

#### Valério é candidato

José António Valério, um dos candidatos assumido à sucessão de Fausto Correia à frente dos destinos da Federação distrital de Coimbra do PS, acusou no dia 6 o camarada Manuel Alegre de ter perdido coragem.

No final do almoço comemorativo da sétima vitória distrital consecutiva em actos eleitorais, o actual secretário da Comissão Política Concelhia disse que Manuel Alegre o atacou «violentamente e não teve coragem de me chamar pelo nome».

Discursando para cerca de 400 militantes e apoiantes, num restaurante da Figueira da Foz, Manuel Alegre afirmou que não deixará que alguém envolva a Federação de Coimbra ao serviço de estratégias alheias.



#### Alegre rejeita imitações do PSD dentro do PS

Nunca permitirei imitações do PSD dentro do PS, sublinhou o deputado socialista, histórico cabeça-de-lista do partido no distrito.

Salientando que a estrutura distrital se rege por objectivos distritais e nacionais, o camarada Manuel Alegre defendeu ser esta uma maneira de ser que tem de continuar em Coimbra.

Não é uma questão de «pedigree», mas é preciso saber quem é quem, disse o dirigente socialista, que não hesitou em caracterizar as suas próprias palavras como um recado fundamental.

Palavras que José Valério disse serem-lhe dirigidas, sublinhando o candidato às eleições de Abril próximo não estar a soldo de nenhuma estratégia.

«Nem sou imitação de nenhum PSD», afirmou.

Valério vai mais longe instando Manuel Alegre a dizer qual o seu passado de vida.

«Vamos comparar as nossas vidas, para ver qual delas tem mais pedigree», desafiou. Este militante socialista mantém a decisão de se candidatar às eleições da Federação de Coimbra apesar de algumas pressões, que diz vir sofrendo para desistir desta luta. Justificando a sua presença no almoço comemorativo das vitórias eleitorais da Federação de Coimbra, como óbvia já que o PS ganhou, para Valério nem todo o trabalho foi mal feito. Mas há sempre alguém que não cala, alguém que diz não, afirmou.

Ainda em relação à sucessão de Fausto Correia, outros nomes se perfilam como candidatos ao lugar.

Além de José Valério, também Paulo Penedos, ex-membro do Secretariado Nacional da JS, anunciou já a intenção de avançar para o cargo.

Luís Parreirão, secretário de Estado das Obras Públicas, é outro dos nomes possíveis, hipótese que o próprio, no entanto, se recusou a confirmar.

«Ainda é cedo, no momento próprio direi o que penso sobre isso», afirmou.

Atitude idêntica sobre a questão mantém Vítor Baptista, ex-governador civil e presidente da Concelhia de Coimbra.

Quanto ao camarada Fausto Correia, após 13 anos à frente dos destinos da estrutura distrital, liderou-a de 78 a 81 e em Abril concluiu mais oito anos consecutivos, reserva porém para Janeiro uma decisão final sobre uma eventual recandidatura.

#### Trabalho de Fausto é património a preservar

Afirmando não ter revisto a sua posição de não se recandidatar, o dirigente socialista sublinha haver em Coimbra camaradas com enorme valor para liderar a Federação. Sem mencionar nomes de eventuais sucessores, Fausto Correia, que viu o seu trabalho ser classificado por Manuel Alegre como património a preservar, refere, no entanto, que não deverá haver lugar a uma postura dinástica na Federação sempre que um líder distrital sai.

### MADEIRA

#### PS elogia programa de Governo

O presidente do PS madeirense elogiou no dia 6 o programa de Governo de António Guterres aprovado na passada quinta-feira na Assembleia da República, afirmando que as duas legislaturas dos socialistas são de «solidariedade» com as regiões autónomas.

Em conferência de Imprensa realizada no Funchal, o camarada Mota Torres salientou que está garantida a participação das Regiões Ultraperiféricas nas decisões da União Europeia que lhes digam respeito.

Mencionou que o actual Governo central se propõe a uma maior cooperação com a administração regional no cum-



primento do princípio da continuidade territorial.

Defendeu que, em matéria de alargamento dos poderes autonómicos, o PS «não tem tabus», adiantando que no final desta legislatura, a Assembleia da República assumirá poderes constituintes e nessa altura «da revisão constitucional ver-se-á quais os projectos mais arrojados e modernizadores que poderão merecer o apoio do PS/Madeira, numa perspectiva de consensualização que permita atingir os dois terços de deputados que desencadeie o processo».

Alertou que o PS «não vai aceitar qualquer provocação política, constitucional ou legal» sobre a autonomia.

### PORTO

#### Reunião do Secretariado

O presidente da Federação Socialista do Porto, Narciso Miranda, disse no dia 6 que o PS/Porto está de mangas arregaçadas para os combates eleitorais que se avizinhavam.

O camarada Narciso Miranda, que falava no final de uma reunião do Secretariado da Federação Distrital do PS/Porto, durante a qual foi feita uma análise da conjuntura política actual, prometeu «trabalho intenso» na preparação das lutas eleitorais que antecipa como «muito difíceis».

«Relativamente às presidenciais, o PS/Porto esperava que se clarifiquem as opções, que certamente não deixarão de aparecer na altura devida», disse.

Acrecentou que «quando isso acontecer esta estrutura do PS estará preparada para entrar no processo, cumprindo a sua obrigação político-partidária».

#### Caracterização profunda

«Quanto as autárquicas, o processo político iniciou-se já hoje», afirmou.

Acrecentou que um grupo de trabalho vai fazer até ao final de Janeiro uma caracterização tão profunda e rigorosa quanto possível da situação de cada um dos 18 concelhos do distrito do Porto.

«Só depois de analisarmos essas radiografias serão lançados os protagonistas para cada candidatura», afirmou Narciso Miranda.

O dirigente socialista escusou-se a precisar se será candidato à Câmara do Porto ou se recandidatará, agora que está no Governo, à presidência do PS/Porto nas próximas eleições distritais partidárias, marcadas para Maio.

No entanto, Narciso Miranda sublinhou que continuara «envolvido com todo o empenho», que sempre teve na vida partidária.

«Todos sabem que tenho a camisola do PS sempre vestida e agora mais que nunca», frisou o presidente do PS/Porto.



### CONCELHIA DO BARREIRO

#### Conversas ao jantar

A Comissão Política Concelhia do Barreiro do PS vai realizar, no dia 15, pelas 20 e 30, um jantar-debate sobre a Saúde, que contará com a presença da ministra Manuela Arcanjo.

Par esta iniciativa que decorrerá no restaurante Terminal II – Rua Projectada General Herald, nº 3 - C – Quinta da Lomba, Barreiro, as confirmações podem ser feitas directamente, até às 23 horas de amanhã, sexta-feira, para o camarada Aires de Carvalho (telemóvel 962968870).





## CEM ANOS DE ESPERANÇA

**E**scrivi no prefácio de um velho livro publicado há vinte anos, *Cem anos de esperança*, estas palavras datadas: «Desde há mais de cem anos uma esperança abala a Terra: o socialismo democrático. Tão velho como a revolta contra a opressão e a desigualdade – como lembrou Antero – o socialismo desenvolveu-se, como teoria, ao longo do século XIX e ganhou uma dimensão universal e de múltiplas facetas durante o nosso século. Nascido das próprias contradições do capitalismo – incapaz, como este se tem revelado, mesmo nas sociedades industriais avançadas, de resolver os problemas mais fundamentais do homem – o socialismo corresponde hoje às aspirações de muitos milhões de seres humanos, a uma maior justiça social e igualdade e ao incontido desejo de construir uma sociedade livre, de progresso e, sobretudo, fraterna.» e logo a seguir, acrescentava: «Não se ignoram as perversões totalitárias a que deu lugar, em muitos países, a edificação do socialismo. Por isso, à luz da experiência das últimas décadas, ao socialismo é indispensável juntar sempre o adjectivo democrático, para significar que sem liberdade e respeito pelos direitos humanos não há socialismo autêntico mas a sua odiosa caricatura.» Lembro este texto – escrito há vinte anos, e que não renego – quando chega a notícia da designação por unanimidade, pelo *presidium* da IS, de António Guterres, secretário-geral do PS e primei-

ro-ministro de Portugal, para futuro Presidente de Internacional Socialista (IS), a eleger no Congresso de Paris, em Novembro próximo. Recordo o caminho percorrido pelo PS português, refundado no Congresso realizado na clandestinidade, em Bad Münstereifel, na República Federal Alemã, em 1973, a partir da Acção Socialista Portuguesa, a qual já havia sido admitida como membro de pleno direito da Internacional Socialista, um ano antes, no Congresso de Viena, quando ainda presidia aquela organização, então quase exclusivamente europeia, o austríaco Bruno Pittermann. Desde então ocorreram grandes transformações. No plano mundial, deu-se o colapso do comunismo, tanto com ideologia como forma de governo e de organização social. Desapareceu o mundo bipolar, dos difíceis equilíbrios da «guerra-fria», à «beira do abismo» – como dizia Foster Dulles – sendo substituído por um mundo incerto, inseguro, roído por grandes contradições, onde a pobreza aumenta, por forma alarmante, e as grandes empresas multinacionais, sem rosto nem vinculação a qualquer Estado, concentram a riqueza, por forma nunca vista antes, sem outras regras ou preocupações do que o lucro pelo lucro. No plano nacional o PS passou de um intrépido partido na clandestinidade, com escassas centenas de militantes, para um partido legal, sendo estruturante da jovem democracia portuguesa e hoje o maior

partido português, de todos os pontos de vista que se considere a questão: número de votantes, número de eleitos para o Parlamento, número de autarcas em exercício de funções...

Perante o aparente triunfo universal de neoliberalismo – e o hegemonismo manifesto de uma grande potência de democracia liberal – continua o socialismo (democrático, entenda-se) a ser um ideal válido para o próximo século? Em que sentido e que socialismo em concreto?

A Internacional Socialista, entretanto, de uma mera organização de partidos europeus, com a excepção mais visível do Partido Trabalhista de Israel, passou a ser, sob a presidência do saudoso Willy Brandt e depois de Pierre Mauroy, ex-primeiro ministro de França, de uma organização pluricontinental com 77 partidos membros, de todos os continentes e 53 organizações e partidos associados ou observadores. É esta organização internacional, única no seu género, que António Guterres vai ser chamado a dirigir. Uma enorme responsabilidade pessoal para Guterres, mas também uma grande honra para o PS português – em especial para os seus fundadores, permita-se-me a vaidade da referência – e seguramente, também, para Portugal.

Sucedo isto num momento em que a Internacional Socialista chegou a um vértice nunca antes atingido – quer no número de partidos membros quer de partidos com responsabilidades de governo em

todos os continentes – em que alguns falam da «terceira via» e outros da esquerda plural, em que uns namoram o centro (e não gostam de utilizar muito a palavra socialismo, que não parece ser hoje de bom tom) e outros substituem-na por esquerda, só esquerda (para quem caracterizá-la), em que a Igreja se aproxima do socialismo democrático no plano social, em que os antigos comunistas procuram reciclar-se aproximando-se dos PSs – perante a lógica das coisas e a força das evidências – e, principalmente, em que biliões de seres humanos, reduzidos a miséria, discriminados, excluídos, subaproveitados nas suas capacidades, muitas vezes desde a nascença, humilhados na sua dignidade de pessoas humanas, sem acesso à cultura e à informação, continuam a gritar por justiça e a reclamar o seu direito a uma vida digna... Deverá o socialismo admitir-se ou ter vergonha do seu próprio nome e das suas próprias origens, perante este panorama tão desolador à escala mundial? Poderá deixar de se interrogar, sobre qual deve ser o seu contributo para a crise de civilização em que nos encontramos, mesmo nas nossas sociedades ditas de progresso, de bem-estar e de consumismo desenfreado?

Que tarefa – e que responsabilidade – para António Guterres, para além das que já tem, esmagadoras, no seu próprio país!...

In «Focus»

## UMA EMIGRAÇÃO MAIS POLITIZADA

**D**úvidas de vitória? Não, não tínhamos. Esperávamos e desejávamos é que o nosso empenhamento político desse finalmente os seus frutos. O que aconteceu. É possível que tenha diminuído o número de votantes na Emigração. A distância e o alheamento pessoal, após 30 anos de Emigração, têm também o seu preço. É possível que o desinteresse e a despolitização tenham aumentado essa parcela de não eleitores nalguns círculos. As falsas políticas anteriores deram também os «seus» frutos. Todavia, o nosso empenhamento político a nível autárquico, europeu, começa a dar finalmente frutos novos. A convicção de que a «pessoa emigrante» não é apenas

uma máquina produtiva, desintegrada, alienada, um «objecto de política» marcadamente negativa, mas também e sobretudo um «sujeito da política», actuante e co-influente, foi convicção que exigiu o seu tempo.

Houve agora um clareamento. Também porque a actuação política de Portugal e dos responsáveis foi diferente, melhor. Porque o respeito, os contactos e as visitas não se deram apenas na antesala das eleições, mas sim ao longo de toda uma legislatura. Houve assim uma convicção que deixou marcas, positivas, sobretudo nesses «seres ultrasensíveis» que são «os emigrantes».

Só quem não vive «fora» - atenção aos leitores, pois eu escrevo «de fora» - não sabe o que custa convencer os emigrantes a voltar também por uma determinada política

«de dentro». É, por isso, justo que a vitória «na Emigração» possa ser atribuída também, pelo menos no que toca à Europa, a duas pessoas que, embora «fora», vivem constantemente «dentro» dessa mesma Emigração: José Lello e Carlos Luís. Para mim, a sua maior vitória consiste sobretudo no facto de não terem tentado convencer esses eleitores – nós! – a viver «dentro de Portugal» quando estão fora, convencendo-os de situações inexistentes e impossíveis, mas sim encorajando-os a viver «dentro do país» onde se encontram, sem esquecer as suas raízes, os laços, a história, enfim sem se esquecerem. Foi uma nova forma de ensinar Solidariedade, de ser português europeu e sobretudo de ensinar política real.

E, sem tirar profundidade às afirmações

anteriores, desejo no entanto afirmar também que futuras vitórias poderão ser ainda maiores e melhores, se as estruturas do PS «cá fora» – que melhoraram! – tiverem um maior enquadramento, apoio e interligação com o PS «lá dentro», se o apoio humano e logístico, a troca de informações e de contactos forem contínuos. Não há vitórias destas sem tais investimentos! Mas isso constitui também um desafio político a nós próprios que – «de fora» - temos uma visão certamente diferente das coisas: comparativa, crítica, e por isso exigente.

Respeitada, compreendida e integrada no aparelho do Partido e no contexto do País «de fora» e do «país de dentro», ela poderá servir de incentivo a melhorias necessárias e de boa base para uma ainda maior politização.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Esculturas em Albufeira**

A Companhia de Teatro do Algarve – ACTA – vai levar à cena, amanhã e no sábado, às 21 e 30, no Auditório Municipal, a peça «As Tranquilas Aventuras do Diálogo». Encontra-se patente ao público, na Galeria Municipal, até ao dia 4 de Dezembro, a mostra «Renovação», da autoria do escultor Arlindo Arez.

**Conferência em Coimbra**

Assista hoje, pelas 18 horas, na Casa Municipal da Cultura, ao lançamento da obra de Augusto Rebelo «O sentido dos deveres para casa».

«O Século da Fotografia» é o tema genérico da conferência promovida pela autarquia local, na Casa da Cultura, este sábado, dia 13, pelas 15 horas.

Uma exposição com 120 pinturas e desenhos assinala os 25 anos de carreira de Daniel Abrunheiro.

A mostra, patente nas Galerias do Átrio e do Jardim da Casa Municipal da Cultura, subordina-se ao tema «De após 25 anos... a 25 anos após», procurando sublinhar que Abrunheiro contava já um quarto de século de idade quando decidiu dedicar-se em exclusivo à arte.

**«Netd@ys» em Fafe**

As III Jornadas de História Local decorrem, amanhã e no sábado, entre as 9 e as 19 horas, no Estúdio Fénix.

Entre os dias 15 e 19 realiza-se, na Casa da Cultura, a acção «Netd@ys», dirigida aos alunos e professores do primeiro ciclo de ensino básico do concelho.

Contando com a participação de 65 escolas, o Netd@ys insere-se no âmbito de uma vasta iniciativa europeia e mundial, visando a promoção da utilização eficaz dos media interactivos na aprendizagem e no ensino.

**Peça em Faro**

O Auditório Pedro Ruivo foi o local escolhido para apresentação, este sábado, às 22 horas, da peça de Demot Bolger, «O Lamento por Artur Cleary», cuja encenação está a cargo de António Fonseca.

**Filme em Guimarães**

O Centro de Animação da Hemeroteca será, a partir de amanhã e até ao dia 19, um espaço de mostra e descoberta de valores artísticos.

Segunda-feira estreia, às 21 e 30, a mais recente realização de André Techniné, «Alice e Martin», num filme para ver no Auditório da Universidade do Minho.

**Cinema em Lisboa**

O Centro de Pedagogia e Animação do

Centro Cultural de Belém será palco, hoje, amanhã e no sábado, de um espectáculo teatral de 60 minutos, cheio de pintura, água e terra.

Dirigido aos mais pequeninos, a partir dos dois anos, «Passarinhos» é um evento a cargo da Association SKAPPA (França).

Para os mais crescidos Novembro reserva filmes dos mais diversos géneros. A prová-lo chegam, amanhã, quatro fitas debutantes às salas de cinema lisboetas.

Trata-se de «Clube de Combate», de David Fincher; «Inspector Gadget», de David Kellog; «Perigo no Oceano», de Renny Harlin; e «Run Lola Run», uma película distribuída pelos Filmes Castello Lopes.

**Jornadas culturais em Montemor-o-Velho**

«História de Tobias», de Miguel Rovisco, é a peça a ser apreciada, no dia 13, pelas 21 horas, na sede da Casa do Povo da Abrunheira.

A representação, a cargo do Grupo Tri-La-Ró, insere-se no âmbito das VIII Jornadas da Cultura.

**Teatro em Portalegre**

A nona edição do Festival Internacional de Teatro de Portalegre começou ontem, decorrendo em dois períodos: o primeiro até sábado e o segundo do dia 17 ao dia 20.

Participam neste evento A Barraca (Lisboa), Cendrev (Évora), Teatro das Beiras (Covilhã), Te-Ato (Leiria), Teatro Acert (Tondela), Cenadro (Leiria), Lendas d'Encantar (Beja) e Teatro Independente de Loures.

Os grupos Suripanta, Teatro del Norte e Teatro de Ningures, todos de Espanha, Tagus Theatre (Inglaterra) e o grupo de Salé-Lemrisat (Marrocos) são as companhias estrangeiras que integram o programa.

A iniciativa inclui espectáculos como «Los Amores de Natalia», «Los Despojos», «Chronique d'un jour ordinaire»,

«Abril em Portugal» e «Assembleia Geral do Teatro».

Durante o festival, um ciclo de poesia, com recitais, decorre na Galeria Municipal, com início às 18 horas. As sessões sobre teatro de Jaime Salazar Sampaio realizam-se na Igreja de São Francisco, às 20 horas, e os outros espectáculos de teatro decorrem no Cine-Teatro Cristal, com início às 22 horas.

Paralelamente, decorre a segunda edição da Feira do Livro de Arte, Poesia e Teatro, na Galeria Municipal, uma exposição sobre a obra de Jaime Salazar Sampaio, no Palácio Póvoas, e uma iniciativa audiovisual, na Galeria da Corticeira Robinson.

**Tonalidades cubanas no Porto**

As principais correntes da pintura cubana estão, a partir de hoje, representadas na exposição «Cores de Cuba», que apresentará cerca de 80 obras de 16 pintores daquela ilha das Caraíbas.

A mostra, que espera pela sua visita, no Ipanema Park Hotel, até dia 16, reúne trabalhos de pintores identificados com algumas das principais correntes artísticas, como o impressionismo, o surrealismo ou o ultra-realismo.

As obras expostas reflectem as condições de vida em Cuba, sendo quase todos os trabalhos figurativos, uma das características dos pintores cubanos.

As pinturas que integram esta mostra são da autoria de Pavel Quintana, Asbel, Alejandro, Luís Filipe, Ulisses, Pablo, Ernesto, Gusmán, Andrés, Omar, Toledo, Osvaldo e Vega.

**Canto lírico em Santarém**

A cantora lírica brasileira Fátima Alegria e a pianista portuguesa Alexandra Torres apresentam-se, no dia 17, na Igreja da Graça, num espectáculo que promete ser inesquecível.

No recital, Fátima Alegria e Alexandra Torres interpretarão peças de Chiquinho Gonzaga, Carlos Gomes, Jayme Ovalle e outros autores brasileiros.

SUGESTÃO

**Guimarães Jazz'99**

Três grandes orquestras actuarão, a partir de hoje e até dia 20, no Auditório da Universidade do Minho, no oitavo Guimarães Jazz, que lhe reserva oito concertos. O programa deste ano pretende abrir duas novas frentes musicais a desenvolver em edições seguintes, uma das quais relacionada com o jazz italiano, representado pelo Pino Minafra Sud Ensemble, membro da Italian Instabile Orchestra.

A orquestra de Michael Gibbs, com 17 elementos, abre hoje à noite o festival.

O pianista norte-americano Ran Blake estará presente no segundo dia do festival, para um concerto a solo, actuando mais tarde a duo com o guitarrista David Fabris. O Pino Minafra Ensemble, que se prevê como um dos momentos altos do evento, actua sábado (13), enquanto no domingo (14) é a vez do trio do pianista belga Ivan Paduart, acompanhado dos seus compatriotas Stefan Silvestro (contrabaixo) e Hans Van Oosterhout (bateria).

O virtuoso guitarrista francês Marc Ducret apresenta-se também dia 14, com o contrabaixista Bruno Chevillon e o baterista Eric Champard.

As grandes formações regressam ao programa do festival no dia 17, através do Baldo Martínez Grand Ensemble.

O Uri Caine Ensemble traz a Guimarães alguns dos nomes importantes da actual cena internacional de jazz.

O trio do pianista canadiano D.D. Jackson apresenta-se dia 15, com dois consagrados a acompanhá-lo, os bateristas Andrew Cyrille e Brad Jones.

O Guimarães Jazz'99 termina, dia 20, com outra conhecida formação, a Vanguard Jazz Orchestra, que desce da orquestra de Thad Jones e Mel Lewis, uma das grandes «big bands» da história do jazz.

**POEMA DA SEMANA**

**Seleção de Carlos Carranca**

*Quero um cavalo de várias cores,  
Quero-o depressa, que vou partir.  
Esperam-me prados com tantas flores,  
Que só cavalos de várias cores  
Podem sentir.*

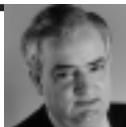
*Quero uma sela feita de restos  
Dalguma nuvem que ande no céu.  
Quero-a evasiva – nimbos e cerros –  
Sobre os valados, sobre os aterros,  
Que o mundo é meu.*

*Quero que as rédeas façam prodígios:  
Voa, cavalo, galopa mais,  
Trepá às camadas do céu sem fundo,  
Rumo àquele ponto, exterior ao mundo,  
Para onde tendem as cateceiras.*

*Deixem que eu parta, agora, já,  
Antes que murchem todas as flores.  
Tenho a loucura, sei o caminho,  
Mas como posso partir sozinho  
Sem um cavalo de várias cores?*

**Reinaldo Ferreira**

Poemas



## REFORMAS OU REFORMISMO?

**A**tribuição do património deve contribuir para a igualdade entre os cidadãos.» - n.º 3 do artigo 104 da CRP.

«Modificação da filosofia subjacente à tributação do património, adequando-a às novas realidades económicas e sociais...»

- Ponto 18º da Resolução do Conselho de Ministros sobre Reforma Fiscal.

Os dois princípios atrás enunciados devem constituir elementos fundamentais da chamada Reforma Fiscal.

Com efeito, não é possível alterar significativamente o actual estado da fiscalidade em Portugal e, nomeadamente, corrigir as injustiças e iniquidades que ainda se verificam sem proceder a uma *significativa correcção da tributação sobre o património*.

A Reforma Fiscal, tão reclamada, não pode ser um *momento* de ruptura, antes deve constituir um *processo* de transformação acentuada.

Neste sentido, muitos dos mais significativos passos já foram dados, sobretudo no que diz respeito à desburocratização do processo administrativo fiscal (a que não é alheia uma significativa informatização) e ao reforço das garantias e da defesa dos cidadãos contribuintes.

Como, de igual modo, foram dados significativos passos na luta contra a evasão e fraude fiscal que constitui, necessariamente, um primeiro passo para o adequado ajustamento e distribuição da pressão fiscal segundo critérios de justiça e equidade.

Falta agora *afrontar* alguns interesses instalados, o que exige firmeza, coragem política e consenso alargado.

E é neste domínio que as questões de reforma fiscal se tornam mais complexas.

A reacção de algumas pessoas, representando significativas parcelas da opinião pública, a propósito da apresentação recente de um estudo sobre alterações de tributação do património, *não é suficientemente encorajadora*.

Recorde-se em síntese o que se passou: na sequência da Resolução do Conselho de Ministros sobre Reforma Fiscal foi constituído um grupo de trabalho com o objectivo de apresentar soluções reformistas, que permitissem cumprir integralmente a orientação constitucional e acelerassem o processo de melhorias no domínio da justiça tributária.

O grupo de trabalho apresentou, como lhe competia, um estudo técnico exprimindo as

suas opiniões e as suas propostas, mas sujeito naturalmente à futura validação ou correcção políticas.

A natureza das opiniões formuladas pouco teve a ver com este método perfeitamente lógico e cuidado, antes pareceu constituir, desde já, um primeiro sinal de que *será difícil mudar significativamente algo do que é preciso que mude*.

E o que é curioso é que esse tipo de reacção não foi exclusiva daqueles que a tudo reagem e tudo combatem, porque apostam sempre na deterioração da justiça social, mas envolveu, de forma marcante, alguns apoiantes sinceros e executantes indispensáveis da necessária Reforma Fiscal. Não há, não pode haver, duas opiniões: durante a presente Legislatura, a Reforma Fiscal, enquanto conjunta de procedimentos reformistas que visam alterações significativas da relação do cidadão com o Estado, na vertente financeira, tem de ser feita.

Exige-o o respeito pelos compromissos com o eleitorado e mesmo o reforço e a consistência da proposta socialista. Que algumas hesitações identificadas neste início de processo não passem de desajustamentos transitórios e facilmente corrigíveis é o meu desejo sincero.

«Nós não aceitamos que o mercado seja um valor. O mercado é um instrumento eficaz e precioso, mas não passa de um instrumento»

**Lionel Jospin**  
Congresso da IS, 8 de Novembro

«Temos de adaptar o socialismo à economia de mercado, mas não à sociedade de mercado»

**Mário Soares**  
Congresso da IS, 8 de Novembro

«O mundo tem dado algumas lições no sentido de que todos os desvios ao socialismo democrático pagam-se caro»

**Almeida Santos**  
*Ibidem*

«Não se pode destruir a pouca protecção social que temos»

**Jorge Sampaio**  
*Diário Económico*, 8 de Novembro

«Continuo a não me render a essa inevitável destruição do património social e político da Europa, continuo a acreditar que é possível conciliar competitividade e direitos»

**Idem, ibidem**



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

**Ficha Técnica**

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**

---

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz